

Conferência Nacional do PCP

As Conclusões da Conferência Económica são um contributo decisivo para o trabalho de todos os portugueses empenhados na defesa das conquistas da Revolução e na consolidação da democracia.

A divulgação a todos os níveis dos resultados dos trabalhos da Conferência, o prosseguimento dos estudos já realizados são tarefas importantes de todos os militantes do Partido!

Pág. 4



O camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC na Conferência de Imprensa do Grupo Parlamentar do PCP

A ACTIVIDADE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- Produzidas 87 intervenções no período de antes da ordem do dia, das quais 10 declarações políticas.
- Mais de 300 entrevistas concedidas a cidadãos, grupos de cidadãos e organizações representativas.
- Apresentados até ao momento 15 projectos de lei, dos quais só um foi até agora apreciado no plenário.
- Formulados ao Governo 68 requerimentos, dos quais apenas 15 obtiveram resposta.

Pág. 3

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA SAIR DA CRISE ACTUAL

A Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica trouxe mais uma vez à evidência uma realidade há muito reconhecida por muitos mas que alguns Inveterados serventários do capital têm procurado inutilmente desnaturar e inverter — a imagem patriótica de um grande partido estreitamente vinculado à vida, aos problemas e às aspirações fundamentais do povo trabalhador.

Nos dois dilatados dias de Conferência mais de mil delegados — operários industriais e agrícolas, das unidades fabris e das Unidades Colectivas de Produção (UCP), alguns com uma notável experiência de gestão e de organização da produção, técnicos, especialistas, economistas, camponeses do Norte e das Beiras, pequenos comerciantes e industriais — produziram um trabalho meritório, responsável, profundamente útil ao seu Povo e ao seu País.

À mesa da Conferência, dialogando, ouvindo, coligindo números e documentos, participando, os trabalhadores comunistas deram a medida da sua dedicação e inteligência ao serviço da colectividade.

Uma Conferência partidária e ao mesmo tempo de expressão amplamente aberta e unitária na sua preparação como nas suas conclusões. Ao lado dos comunistas, trabalhadores manuais e intelectuais doutras formações políticas afirmaram por A mais B que uma saída para a crise é possível desde que radicada nas energias e na iniciativa criadora do povo, assente nos interesses fundamentais das classes trabalhadoras e do país e no reconhecimento prático das grandes transformações sociais e económicas operadas nos últimos três anos na vida dos portugueses.

As conclusões da Conferência constituem uma concludente reprobção da política de recuperação capitalista praticada pelo governo do PS, apontam os perigos dessa política comprovados já no agravamento das condições de vida do povo, das tensões sociais, da desorganização da produção, por exclusiva responsabilidade governamental.

A "Proclamação" saída da Conferência contém um apelo e uma proposta. As medidas que preconiza vão ao encontro das soluções urgentes que a situação põe na ordem do dia. Nas palavras de Álvaro Cunhal, reflexo do balanço geral da Conferência, "são possíveis a curto e a médio prazo resultados que alteram radicalmente a situação, conduzindo ao reequilíbrio financeiro do País e à libertação de Portugal da dependência alarmante dos créditos externos."

"É possível reduzir num ritmo rápido, e eliminar finalmente, o défice da economia portuguesa e o défice da balança de pagamentos em que aquela se traduz".

☆ ☆ ☆

As repercussões políticas da Conferência Nacional do PCP mostram que a contribuição dos trabalhadores comunistas para a definição de uma política de recuperação e desenvolvimento económico assente nos interesses prioritários

(Continua na pág. 2)



A VITÓRIA É CERTA!

Em resposta à mensagem de solidariedade do nosso Partido, o Presidente do MPLA e chefe do Estado angolano, camarada Agostinho Neto, enviou ao secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, o seguinte telegrama:

"Muito grato pela sua mensagem de solidariedade neste doloroso momento que atravessamos. O Povo Angolano que sob a firme e esclarecida direcção sua vanguarda, o MPLA, conquistou a sua independência e soberania à custa imensos sacrifícios, esmagará quaisquer tentativas que visem dividir-nos e que atentem contra nossa Revolução. Saudações revolucionárias."

Pág. 11

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O APARTHEID

Durante três dias, Lisboa será o centro do apoio activo à luta dos povos da África Austral

Pág. 12



Dia 22, respondendo ao apelo da CGTP/IN

Pág. 7

OS TRABALHADORES MANIFESTAM-SE!

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

Posição em 10 de Junho

Comissão Coordenadora Central	9 140 950\$00
"AVANTE!"	1 411 512\$40
O.R. dos Açores	59 263\$70
O.R. do Alentejo	3 302 402\$70
O.R. do Algarve	1 027 430\$80
O.R. das Beiras	1 913 757\$50
O.R. de Lisboa	21 038 623\$90
O.R. da Madeira	71 654\$80
O.R. do Norte	5 635 913\$50
O.R. do Oeste e Ribatejo	3 672 281\$20
O.R. de Setúbal	9 863 162\$10
Emigração	3 092 279\$95
U.E.C.	860 874\$80
U.J.C.	549 246\$70
Por classificar (1)	795 686\$40

TOTAL 62 435 040\$45

(1) — Soma de quantias entradas das quais a C.C.C. nesta data não tinha recebido das organizações do Partido as correspondentes 'Notas de Entrega' discriminativas.

TELEGRAMA DO PRESIDENTE TITO

Do chefe do Estado jugoslavo, camarada Josip Broz Tito, recebeu o nosso Partido o seguinte telegrama:

Camarada Álvaro Cunhal

Agradeço-lhe sinceramente assim como aos comunistas portugueses as felicitações fraternais e os bons votos por ocasião do meu aniversário e exprimo as minhas saudações.

Saudações de amizade
Josip Broz Tito

DELEGAÇÃO DO PCP

Deslocou-se a Bruxelas uma delegação do PCP composta por José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP e Avellino Gonçalves, membro suplente do CC, que representou o PCP no encontro dos partidos comunistas dos países da Europa capitalista sobre as lutas da classe operária pela defesa das suas condições de vida e de trabalho, por transformações democráticas profundas com vista a ultrapassar a crise.

O encontro realizou-se nos dias 13 e 14 na capital belga.

Editorial

(Continuação da pág. 1)

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA SAIR DA CRISE ACTUAL

do povo trabalhador e da Independência do País encontrou o acolhimento favorável de sectores dos mais diversos quadrantes sociais, políticos e económicos nacionais.

Todas as reacções dos sectores mais representativos e abertos da sociedade portuguesa, das camadas populares mais amplas, se mostram favoráveis ao apelo e às propostas saídas da Conferência Nacional do PCP.

Começa a tornar-se claro para toda a gente que a proposta de um "status quo" das formações actuais da economia portuguesa, ou seja: a aceitação mútua do estado em que as coisas se encontram actualmente, não significa a abertura de uma trincheira de combate entre o sector público e o sector privado nem o levantar de uma muralha intransponível entre dois compartimentos estanques da economia nacional.

Significa pura e simplesmente a coexistência de duas formações económicas com as suas vias próprias de desenvolvimento que devem ser entregues à dinâmica das suas próprias leis internas.

Significa isto que ao lado do sector nacionalizado e dos sectores cooperativo e misto da economia portuguesa actual, na indústria, na agricultura, no comércio e serviços — sectores determinantes do desenvolvimento económico e social do País — o sector privado veria reconhecidas, como determina claramente a Constituição, as suas actuais posições.

A nível de Governo isto implicaria a suspensão de quaisquer medidas que afectem no conteúdo ou na forma as actuais nacionalizações dos sectores básicos, a imediata paragem da ofensiva contra a Reforma Agrária, a revisão das situações arbitrárias, o reconhecimento prático das Unidades Colectivas de Produção (UCP), a paragem imediata das desintervensões estatais, o respeito constitucional dos direitos dos trabalhadores, garantias legais práticas de exercício do controlo operário.

Parar a ofensiva de destruição, eis a condição fundamental imediata para o arranque da economia nacional.



A Conferência Nacional do PCP pela sua representatividade social, pela autoridade dos comunistas como vanguarda dos trabalhadores portugueses, pelo próprio peso das intervenções unitárias a todos os níveis das diversas fases da preparação e realização da Conferência, foi na sua mais ampla expressão política uma prova inequívoca da disposição dos trabalhadores de participarem num grande esforço nacional e patriótico para a recuperação da economia.

Da parte de um Governo com um mínimo de respeito pela vontade e disposição dos trabalhadores, de um Governo que proclama aos quatro ventos a sua devoção aos interesses prioritários dos trabalhadores e ao socialismo — que nega depois na sua prática política — seria de esperar uma resposta positiva, num grande gesto de boa vontade em relação aos trabalhadores.

Mas o Governo do PS é incorrigível: em vez de um gesto de boa vontade a sua resposta é a intensificação da sua política de recuperação capitalista, o agravamento da ofensiva contra os trabalhadores, a continuação da sua política de submissão ao capital estrangeiro. Os casos recentes da Malombe, da Copaz/Iberol, da UCP "25 de Abril", de Santarém e outros mostra que o Governo do PS nada aprendeu com os acontecimentos, com a vida.

Em vez do necessário gesto de boa vontade em relação aos trabalhadores o Governo do PS cava ainda mais fundo o fosso que o separa dos interesses populares mais amplos.

Nas palavras que o Presidente da República proferiu na Guarda está implícito um amplo projecto apenas realizável com o esforço conjunto de todos os portugueses como justamente salientou. Este projecto não pode ser realizado através de uma política que nega e fecha a porta a uma vasta e necessária participação popular.

A política praticada pelo Governo PS, a continuar, conduzirá não ao arranque e à recuperação da economia mas ao caos e à perda real da nossa Independência económica a curto prazo.



A alternativa democrática para sair da crise é um imperativo da hora presente. Essa alternativa implica a negociação de uma vasta plataforma que recolha o apoio das forças políticas e sociais mais representativas e em primeiro lugar dos trabalhadores.

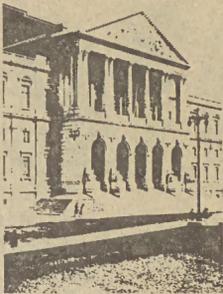
O mundo português do trabalho transcende as fronteiras e espalha-se hoje por outras terras onde moureja o pão de cada dia.

Os trabalhadores emigrantes como parte desse todo têm um papel importante no projecto de recuperação económica implícito nas palavras do Presidente Eanes e com o natural condicionalismo resultante da sua situação fora do País.

É sobretudo com os trabalhadores que labutam nas fábricas e nos campos de Portugal, nas empresas nacionalizadas e intervenções, nas cooperativas agrícolas e industriais do Alentejo, no Ribatejo, no Norte, nas Belas, no Algarve e nas regiões Autónomas dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores como na capital do País que é preciso contar para enfrentar e vencer a crise.

A Conferência Nacional do PCP, as suas conclusões e propostas representam uma contribuição que nenhuma outra força política estava em condições de fornecer.

A proposta de uma alternativa democrática para sair da crise tem assim o peso de uma grande força organizada da classe operária portuguesa, da vanguarda dos trabalhadores da cidade e do campo, sem os quais nenhum projecto válido de recuperação económica será possível.



Os Comunistas na Assembleia da República

Resistência tenaz dos trabalhadores à Lei dos Despedimentos aprovada pelo PS, PPD e CDS na AR

Na semana que antecedeu a realização da Conferência Económica do PCP e, por isso, a que antecedeu igualmente a saída do último número do "Avante!" — totalmente dedicado a tão importante acontecimento — procedeu-se na Assembleia da República à votação global final de alguns diplomas que anteriormente tinham sido sujeitos a ratificação. Estão neste caso os decretos sobre a Marinha Mercante nacional e a célebre lei dos despedimentos.

Em ambos os casos o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português votou contra a aprovação dos referidos decretos-lei. No caso da Marinha Mercante, o deputado do PCP Sousa Marques, em declaração de voto, salientou a determinado passo:

Como nota final, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português salienta uma vez mais que o texto final do presente decreto, acabado de aprovar com o nosso voto contra, é consequência imediata das sucessivas cedências que o Grupo Parlamentar do PS, também neste campo, foi fazendo às propostas, aliás, iguais ou muito semelhantes, do PPD/PSD e do CDS.

Quanto à Lei dos Despedimentos, o deputado Jorge Leite, justificando o voto contra do PCP, começou por se referir às sucessivas votações de que este diploma foi alvo:

Pela terceira vez no curto espaço de 3 meses, esta Assembleia procedeu à votação da matéria dos três artigos (9.º, 10.º, 11.º) do DL 372-A/75 na redacção que lhe havia sido dada pelo DL 841-C/76. Na primeira tratou-se de ratificar ou não ratificar o DL 841-C/76 que havia merecido o mais vivo repúdio por parte dos trabalhadores. Votara a sua aprovação o PS, o PPD e o CDS; o PCP votou contra a ratificação. Na segunda, tratou-se de aprovar ou rejeitar as alterações àqueles artigos que haviam sido votados na Comissão de Trabalho. Contra essas alterações que, globalmente consideradas, eram favoráveis aos trabalhadores, pronunciaram-se o PS, o PPD e o CDS; votou a sua aprovação apenas o PCP. Aqueles três partidos repetiram então o propósito que já antes haviam revelado, isto é, aqueles três partidos não se mostravam dispostos a consentir a introdução de alterações que dificultassem, significativamente, os despedimentos.

Hoje — prosseguiu o deputado do PCP — o PS votou favoravelmente a segunda proposta de lei de alterações vinda da Comissão de Trabalho, o PCP votou contra e o PSD e CDS abstiveram-se.

Jorge Leite acentuou a dado passo da sua declaração de voto: Entretanto, à sombra do DL 841-C/76, milhares de trabalhadores continuam a ser arbitrariamente suspensos e/ou despedidos; milhares de trabalhadores são lançados no desemprego ao abrigo deste terrível instrumento que o Governo colocou nas mãos das entidades patronais; milhares de trabalhadores procuram desesperadamente o emprego que perderam; milhares de trabalhadores lutam, pelas mais variadas formas, por um dos mais radicais direitos do Homem — o direito à sobrevivência. Por este direito, é justo realizá-lo, não se batem apenas os trabalhadores presentemente desempregados; por ele luta a generalidade dos trabalhadores deste país; por ele lutam todos quantos sentem na carne o drama daqueles para quem a subsistência no dia de amanhã é a preocupação do dia de hoje.

E no entanto — salientou bem o deputado comunista — nada disto era inevitável; e no entanto, tudo isto é contrário à vontade e interesses dos trabalhadores e à necessária recuperação económica no quadro constitucional. E de facto, tudo isto podia ser bem diferente. Mas, para ser diferente, era também necessário que, a tempo, arreplasssem caminho aqueles que pensam, ou dizem defender os interesses dos trabalhadores com escandalosas cedências aos capitalistas, agrários e imperialistas.

Referindo alguns dos principais acontecimentos verificados na Comissão de Trabalho nas sucessivas votações dos três citados artigos, Jorge Leite referiu: O adiamento de um novo

número ao artigo 9.º nos termos do qual "todo o despedimento se presume feito sem justa causa", aprovado por unanimidade na primeira votação, causou preocupações aos "especialistas" do CDS, no que foram acompanhados pelo PSD com a complacência do PS. Recusaram que ali houvesse alguma manobra que obrigasse a entidade patronal a ter de tomar a iniciativa judicial do despedimento. Com este fantasma presente, os três partidos acabaram por optar pela nova redacção a esse número sugerida pelo PSD e acolhida pelo PS e CDS.

O corpo do n.º 2 do artigo 10.º, que em repetição de votação havia sido alterado por unanimidade, tornando-o tecnicamente mais claro, foi depois rejeitado com os votos conjuntos do PS, PSD e CDS.

A alínea n), que havia sido eliminada na primeira votação com os votos do PCP e PS, foi agora novamente incluída com a "cómoda" abstenção do PS.

A possibilidade de suspensão do trabalhador, que os votos conjuntos do PCP e do PS haviam eliminado, foi agora reintroduzida, embora com formulação ligeiramente diferente, com os votos do PS, PSD e CDS.

Refira-se por fim, que os votos do PS, PSD e CDS derrotaram quase todas as propostas do PCP relativas às alíneas do n.º 2 do artigo 10.º e que os votos do PS e do CDS, tanto na primeira como na segunda votações, afastaram a possibilidade de as comissões sindicais, delegados sindicais ou sindicatos se pronunciarem sobre os despedimentos sempre que não exista comissão de trabalhadores.

Prosseguindo a sua declaração de voto acerca de matéria tão importante e que tão profundamente lesa os interesses das massas trabalhadoras, o deputado do PCP acentuou ainda: Por outro lado, e nunca será demais realçá-lo, a aprovação da proposta de alteração do PS ao artigo 11.º não acabou, como só não vê quem não quer ver, como o processo disciplinar e, muito menos, como o poder administrativo de o patrão despedir. A verdade é tão simplesmente esta: o patrão mantém o poder de despedir; só que agora passa a ter muito mais facilidade na efectivação do despedimento. O aligeiramento do processo deixa-lhe o caminho mais livre. Por sua vez, o encurtamento dos prazos para o trabalhador se defender, "livra-o" mais depressa da presença patronalmente incómoda do trabalhador a despedir. E se atentarmos nas declarações feitas pelo sr. ministro do Trabalho na sessão do dia 6 de Fevereiro desta Assembleia e repetidas em Comissão, facilmente se desconfiará o verdadeiro objectivo do PS no drástico encurtamento dos referidos prazos: o que é preciso, para o PS, é que a presença do trabalhador a despedir não provoque um movimento de solidariedade dos outros trabalhadores da empresa; para isso, no entender do PS, há que pôr o trabalhador fora da empresa o mais rapidamente possível. Ao trabalhador, se chegar a tempo, fica-lhe o caminho do tribunal e a longa espera na bicha dos julgamentos.

Depois de ter salientado que os referidos três artigos aprovados se mantêm, no essencial, injustos e contrários aos interesses dos trabalhadores, Jorge Leite terminou a sua declaração de voto afirmando:

Porém, certamente que os senhores do capital não ficarão satisfeitos; porventura, o senhor embaixador britânico, ou outros senhores embaixadores, repetirão declarações do teor das que aquele fizera em Coimbra, há pouco mais de um mês; provavelmente, o Imperialismo continuará a fazer pressões. Não há que estranhar; é da lógica dos porta-vozes dos superexploradores. Além disso, não há que estranhar porque, apesar de tudo, a lei de alteração hoje votada não representa ainda a vitória com que sonhamos; quer dizer, a lei de alterações não constitui ainda a derrota que aqueles senhores tentam impor à classe trabalhadora. E não o é, deve realçar-se, porque contra ela se tem levantado uma resistência tenaz da grande maioria dos trabalhadores.

Morreu o antifascista e deputado socialista Alcides Strecht Monteiro

A morte do deputado socialista Alcides Strecht Monteiro provocou viva emoção na Assembleia da República. Os deputados aprovaram por unanimidade um voto de pesar do seguinte teor:

A Assembleia da República manifesta o mais profundo pesar pelo súbito falecimento de um dos seus mais ilustres deputados, o veterano lutador antifascista e exemplar democrata Alcides Strecht Monteiro, que faleceu quando viajava para cumprir o seu dever de deputado.

Tecendo algumas palavras acerca do velho lutador antifascista agora desaparecido, o deputado comunista Lino Lima diria: Curvamo-nos perante o seu exemplo, recordando as batalhas que conjuntamente travámos, para que o povo português tivesse de novo uma vida colectiva.

A Assembleia da República guardou ainda respeitosamente um minuto de silêncio em memória de Strecht Monteiro.

Sessão especial sobre emigração

A Assembleia da República efectuou, na passada semana, uma sessão especial destinada a assinalar o Dia das Comunidades Portuguesas. No decorrer desta sessão foram aprovados na generalidade e por unanimidade vários diplomas, todos eles relativos aos emigrantes: um deles aprovou a criação de um Fundo de Apoio às Comunidades Portuguesas, outro estabeleceu isenções fiscais a favor dos emigrantes e os restantes visavam a promoção do ensino e a divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

O projecto de lei do PCP sobre o ensino da língua portuguesa no estrangeiro foi apresentado pela deputada Zita Seabra e nele se defende, como objectivos essenciais, a escolarização inicial dos filhos dos emigrantes e a escolarização dos adultos analfabetos ou que não possuam a escolaridade obrigatória.

Na sua intervenção, a deputada Zita Seabra alertou a Assembleia da República para a situação em que se encontra a maioria dos emigrantes portugueses, que se movem sem alternativa visível a curto prazo em plena crise geral do capitalismo, advertindo todos os presentes para as condições que determinaram esta situação grave e para o facto de estas condições não se alterarem no quadro de uma política de recuperação capitalista, mas sim no quadro de uma verdadeira recuperação económica.

A deputada Alda Nogueira usou igualmente da palavra para acentuar que nos acordos a negociar com os governos dos países onde trabalhem emigrantes portugueses se deve ter sempre em conta que a mão-de-obra portuguesa não pode continuar a ser explorada como mão-de-obra de inferior categoria. Alda Nogueira lembrou ainda que a solução dos problemas dos emigrantes passa pela auscultação das organizações sindicais dos países de origem e dos países onde trabalham, recomendação aliás concordante com as decisões tomadas por 26 centrais sindicais europeias e do Magreb.

O interesse que os partidos da direita puseram nesta sessão — e por consequência nos interesses dos emigrantes — foi patente nos seguintes dados: na altura em que se ia passar à votação dos diplomas, o PPD tinha no hemiciclo 27 dos seus mais de 70 deputados e o CDS tinha 10 dos seus 41. Os restantes? Se calhar... "emigraram"!

Delegação do Soviete Supremo da União Soviética visitou o nosso País

Durante cinco dias uma delegação do Soviete Supremo da União Soviética visitou oficialmente o nosso País a convite da Assembleia da República. Chefiada pelo camarada Piotr Strautmanis, vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo, a delegação era composta pelos seguintes camaradas: Georgui Zhukov (da Comissão dos Assuntos Internacionais do Soviete das Nacionalidades), Ludmila Begatyriova (da Comissão de Saúde Pública e Segurança Social do Soviete da União), Semion Voselov (da Comissão de Saúde Pública e Segurança Social do Soviete da União), Anatoly Balandin (da Comissão de Verificação de Poderes do Soviete da União) e Vladimir Metreveli (da Comissão de Educação, Ciência e Cultura do Soviete das Nacionalidades).

A recepção esteve a cargo de uma delegação da Assembleia da República chefiada pelo vice-presidente António Amaut e composta por deputados dos quatro partidos, entre os quais o deputado comunista Lino Lima.

Durante a sua estada em Portugal, os parlamentares soviéticos encontraram-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, com o Presidente da Assembleia da República e presidentes dos grupos parlamentares, com membros do Conselho da Revolução, com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, e assistiram a uma sessão plenária da Assembleia da República.

No decorrer da sessão plenária a que assistiram e quando

a sua presença foi assinalada no hemiciclo pelo Presidente Vasco da Gama Fernandes, os membros da delegação do Soviete Supremo foram aplaudidos por todos os deputados, tendo os deputados comunistas e socialistas saudado os visitantes de pé.

No decorrer de um conferência de imprensa durante a qual a delegação soviética transmitiu aos órgãos de comunicação o balanço da sua estada no nosso país, o camarada Piotr Strautmanis teve oportunidade de declarar: O desenvolvimento dos contactos de trabalho entre deputados do Soviete Supremo da União Soviética e da Assembleia da República Portuguesa reforçará os laços de amizade e cooperação entre os dois países e contribuirá para o progresso do desanvolvimento.

Mais adiante, o chefe da delegação soviética acentuou ainda: A União Soviética vê em Portugal um país amigo, com o qual deseja desenvolver relações de cooperação, na base da igualdade de direitos, do respeito mútuo pela soberania, da não ingerência nos assuntos internos.

Depois de ter classificado de muito úteis e proveitosos os contactos mantidos pela delegação soviética durante a sua estada no nosso País, o camarada Piotr Strautmanis afirmou ainda: Na União Soviética é com simpatia que se olha o Povo português, que luta corajosamente pela defesa das conquistas da revolução, pela liberdade e pela Independência nacional.

Na mesma ocasião o chefe da delegação parlamentar de

recepção, deputado António Amaut, depois de ter referido que se tinha procurado retribuir a hospitalidade dos soviéticos, manifestada durante uma visita que uma delegação da AR efectuou à URSS durante o ano passado, teve ocasião de acentuar: O desejo de mantermos as melhores relações com a União Soviética é suprapartidário, porque corresponde a um desejo de todo o Povo português.

O vice-presidente da Assembleia da República comentava com estas palavras a composição da delegação de recepção aos visitantes soviéticos — um representante de cada um dos quatro maiores partidos com assento na Assembleia da República.



A delegação do Soviete Supremo foi recebida na Associação de Amizade Portugal-URSS

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa I Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa I — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa I — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa I, Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa I, Tel. 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Torreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26581
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787
Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa I — 40605-41787
Casa de Venda em Lisboa: Capital — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
— Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Maio: 84 530

Conferência de Imprensa do grupo de deputados do PCP

SERVIR OS INTERESSES DOS TRABALHADORES E DO PROCESSO DEMOCRÁTICO — OBJECTIVO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português concedeu, na passada terça-feira, aos órgãos de informação, uma conferência de imprensa no decorrer da qual divulgou o balanço da sua actividade parlamentar e analisou diversos aspectos que se prendem com a realização da sessão extraordinária da Assembleia da República, a iniciar brevemente e na qual irão ser discutidos e aprovados importantes diplomas.

Presentes nesta conferência os camaradas Carlos Brito — presidente do Grupo Parlamentar comunista — Velga de Oliveira, Vital Moreira, Lino Lima, Severiano Falcão, Vítor Louro, Marques Pedrosa, Jorge Leite, José Manuel Mala e Francisco Miguel.

A conferência de imprensa iniciou-se com a leitura, pelo camarada Carlos Brito, do documento que seguidamente transcrevemos na íntegra. O citado documento contém, além do balanço, algumas considerações sobre a sessão extraordinária da Assembleia da República, bem como a posição do PCP relativamente a alguns dos mais importantes diplomas que nela irão ser discutidos.

A conferência de imprensa — realizada nas instalações utilizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP no Palácio de S. Bento — prosseguiu com algumas perguntas colocadas aos deputados comunistas por parte de vários dos jornalistas presentes.

Assim, Carlos Brito, respondendo a um jornalista que pretendia saber concretamente com quais forças estaria o PCP, para além do PS, disposto a cooperar, teria oportunidade de declarar que os comunistas, para essa cooperação, não fariam qualquer distinção, mas estariam dispostos a cooperar com todos os que mostrassem respeito as alterações políticas, económicas e sociais decorrentes da Revolução de Abril. E acrescentou: As exclusões serão da responsabilidade de quem se excluir.

O deputado Vítor Louro fez algumas considerações acerca das Bases Gerais da Reforma Agrária, documento nesse mesmo dia apresentado à Assembleia da República pelo Governo. O deputado comunista, em breves palavras, criticou esse documento que, a ser aprovado, viria a provocar uma fortíssima alteração do sector público e cooperativo, levando à destruição da grande maioria das Unidades Colectivas de Produção legalmente constituídas. O especialista do Grupo Parlamentar do PCP em matéria de política agrícola faria ainda notar que, na parte que respeita ao arrendamento rural, tal documento é muito semelhante a uma proposta de lei do PPD e, portanto, contrário aos interesses de muitos milhares de agricultores rendeiros.

Após os deputados Vital Moreira e Velga de Oliveira terem produzido algumas considerações, respectivamente relativas à legislação das regiões autónomas e indemnizações aos capitalistas, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP referiu-se ao trabalho realizado pela Assembleia da República nesta primeira sessão legislativa.

Carlos Brito frisou que este órgão de soberania do Povo português, além de ter assinalado condignamente o aniversário da promulgação da Constituição, o aniversário do 25 de Abril e o Dia das Comunidades, aprovou 82 diplomas, dos quais 50 propostas de lei, 19 projectos de lei e 13 decretos de lei sujeitos a ratificação. O líder parlamentar comunista considerou ainda um ponto alto da actividade parlamentar a tomada de posse do Presidente da República.

Estes dados — considerou Carlos Brito — desmentem as acusações daqueles que dizem que a Assembleia da República não trabalhou.

Interrogado por outro jornalista que pretendia saber se, tal como considerava quantitativamente positivo o trabalho da Assembleia, o Grupo Parlamentar do PCP teria a mesma opinião acerca da sua qualidade, Carlos Brito salientou que aí já havia bastantes críticas a efectuar.

A qualidade — acentuou Carlos Brito — reflecte as maiorias que aqui se foram formando, nomeadamente as alianças do partido do Governo com os partidos da direita parlamentar. O deputado comunista exemplificou a sua afirmação com os casos da lei de delimitação do sector público e privado, a lei dos despedimentos e a interposição do PPD ao Governo das medidas por este tomadas no dia 25 de Fevereiro. Concretamente a propósito desta última, Carlos Brito classificou-a como uma forma da direita parlamentar apoiar essas medidas e exigir ao Governo ainda mais.

A conferência de imprensa finalizou com algumas considerações produzidas pelo presidente do Grupo Parlamentar do PCP acerca da necessidade de uma alternativa democrática para o actual Governo.

Salientando que, à direita, não existe qualquer alternativa democrática, Carlos Brito afirmou que essa alternativa havia que procurá-la à esquerda e que tal situação teria que corresponder a uma alteração, não só da política do Governo, como da composição do próprio Governo.

I — Balanço da actividade do Grupo Parlamentar

1. Pensamos que a actividade do Grupo Parlamentar do PCP, no decurso da 1.ª sessão legislativa correspondente aos objectivos que nos tínhamos proposto, isto é, representa uma acção empenhada e persistente tendo em vista contribuir para a defesa e consolidação das liberdades, da democracia, das conquistas da Revolução de Abril, dos direitos e interesses dos trabalhadores e da independência nacional, no respeito pela Constituição da República. Representa também um continuado esforço de entendimento com outros deputados, designadamente com o Grupo Parlamentar do PS e os deputados, socialistas, que com os comunistas detêm a maioria da Assembleia, no sentido de serem aprovadas as leis que sirvam os interesses dos trabalhadores e do processo democrático.

Com a sua experiência de trabalhadores, empregados e técnicos, com a sua profunda ligação ao Partido, com os contactos frequentes e estreitos com cidadãos, grupos de cidadãos e organizações representativas, os deputados comunistas estão em condições e procuram expressar na Assembleia os anseios e preocupações mais sentidos pelos trabalhadores e pelas massas populares.

É assim que os deputados comunistas têm participado em numerosos encontros, reuniões e sessões de trabalho com trabalhadores e comissões de trabalhadores, com associações sindicais, com moradores e comissões de moradores, com trabalhadores rurais, cooperativas e unidades colectivas de produção, com rendeiros, em encontros e assembleias de empresas intervencionadas e de empresas em autogestão, em encontros dedicados aos problemas da infância, da habitação, dos sinistrados do trabalho, dos reformados, em encontros de quadros técnicos ou dedicados a problemas técnicos, em colóquios e sessões promovidos por organizações culturais, associações de estudantes e associações recreativas, em sessões de esclarecimento públicas, etc., etc.

A esta actividade somam-se, e não com menor importância, as entrevistas concedidas nas instalações de S. Bento e a correspondência aqui recebida. Importa referir, pelo seu significado, os números respectivos: as entrevistas concedidas ultrapassam as 300 e as cartas recebidas aproximam-se das 900!

São trabalhadores, cidadãos isolados e grupos de cidadãos, comissões de moradores, associações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações representativas de cidadãos e de interesses locais, profissionais ou sectoriais que vêm à Assembleia ou para aqui escrevem, expondo as suas preocupações e aspirações e esperando alguma resolução para os seus problemas, muitas vezes já desesperados com a ineficiência e falta de resposta dos responsáveis, nomeadamente da administração pública, esperando da Assembleia da República a aprovação de leis que sirvam os interesses do povo português.

2. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, aliás, até hoje 15 projectos de lei, nos domínios da agricultura, economia, trabalho, habitação, poder local, regiões autónomas e protecção aos emigrantes. Até ao momento, só um desses projectos de lei foi apreciado em Plenário — e foi preciso esperar pela reunião dedicada aos emigrantes! — embora alguns desses projectos se encontrem pendentes de apreciação desde meados de Outubro.

Os projectos mais antigos versam sobre revogação do Decreto-Lei 530/76, entretanto retirado e substituído por um projecto de revogação do Decreto-Lei 864/76, sobre controlo operário, sobre suspensão das acções de despejo, sobre o direito de greve, sobre contratação colectiva,

sobre a extinção da colónia, sobre a regularização da situação das empresas em autogestão e sobre atribuições e competências das autarquias.

Nos últimos 15 dias, apresentámos um lote de 5 projectos, que descreveremos muito sumariamente.

O primeiro refere-se à participação na definição e execução na Reforma Agrária dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores. Trata-se da regulamentação legal necessária à concretização de um importante direito consignado no Artigo 104.º da Constituição. Em nosso entender, a apreciação deste projecto de lei pela Assembleia deve preceder logicamente qualquer proposta de definição ou de bases da Reforma Agrária ou de qualquer dos seus aspectos.

O segundo projecto de lei, sobre o controlo de execução dos actos regionais, procura dar execução e seguimento ao preceito constitucional do Artigo 236.º, definindo o tribunal competente para apreciação, por um lado, da legalidade dos actos dos órgãos regionais e, por outro lado, da conformidade dos actos dos órgãos de soberania com os direitos das regiões. Trata-se de um projecto particularmente importante num momento em que são publicados e mantidos diplomas regionais claramente ilegais.

O terceiro projecto, sobre o regime de finanças locais, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. Assentando no princípio da autonomia financeira dos órgãos de poder local e na articulação e harmonia dos interesses nacionais, regionais, municipais e das freguesias, prevendo que os montantes de cada autarquia local sejam determinados com a sua própria participação e tendo em conta os objectivos do Plano a Médio Prazo, o projecto de lei procura pôr termo ao labirinto financeiro cuidadosamente montado para que as autarquias locais não pudessem sequer saber quais as suas fontes de receita, e procura impedir a eventualidade de distribuição arbitrária de verbas pelo poder central.

O quarto projecto de lei versa sobre contratos de importação de serviços de estudos, projectos e consultadoria, procurando garantir a defesa do interesse nacional, nomeadamente pela utilização plena dos recursos e da tecnologia nacionais, pela valorização dos técnicos nacionais e pela defesa da independência nacional.

O quinto projecto de lei, sobre a lei sindical, assenta fundamentalmente no projecto de lei aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, que nos foi entregue oficialmente pelo Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional. Desse projecto se recolhe nomeadamente as principais opções, tendo-se introduzido algumas alterações de sistematização e outras que pensamos traduzirem-se numa melhoria na defesa e garantia do direito e acção sindical. Este projecto de lei, como todos os que versam legislação do trabalho, irá ser posto à discussão das organizações de trabalhadores. O nosso Grupo Parlamentar mantém-se, como sempre, aberto à consideração de todas as críticas e sugestões que aquelas organizações entenderem dever fazer, e tudo fará para que a lei que vier finalmente a ser publicada reflita a posição dos trabalhadores portugueses.

Contamos ainda apresentar até ao termo da sessão legislativa um projecto de lei que visa instituir as regiões administrativas, após ampla consulta às Assembleias Municipais, e fixar a data das primeiras eleições regionais.

3. Outro campo de iniciativa parlamentar em que os deputados comunistas desenvolveram larga actividade foi na matéria de requeri-

mentos de sujeição a ratificação de decretos-leis.

Dos 13 requerimentos (não retirados) feitos até hoje, 6 foram formulados pelo Grupo Parlamentar do PCP, neles se incluindo os decretos-leis sobre o ensino superior, a lei de despedimentos e o decreto-lei de aumento dos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública. O Grupo Parlamentar do PCP deu assim voz a largo descontentamento que essas medidas legislativas do Governo tinham suscitado.

4. Dando seguimento a entrevistas, contactos e correspondência recebida, o Grupo Parlamentar do PCP fez numerosos requerimentos ao Governo e enviou também numerosa correspondência. Pelo seu significado, referimos os números: os requerimentos feitos são já 68 e a correspondência emitida atinge perto de 700 cartas.

Uma nota só sobre os requerimentos: temos interrogado o Governo sobre diversos assuntos, desde aspectos concretos da sua actuação na zona da Reforma Agrária, à situação em empresas intervencionadas e em sectores ou empresas carecidas de apoio estatal; desde medidas e problemas do ensino a aspectos vários da política de saúde e de segurança social. Só para citar algumas empresas, já formulámos requerimentos sobre a EIP-Electricidade Industrial Portuguesa, Socotil, AC, J. Pimenta, Lusalte, Sanimar, Ciborel, Têxtil Manuel Gonçalves, Aluamba, etc.. Formulámos vários

requerimentos sobre reservas atribuídas pelo MAP em UCPs, sobre a Cooperativa "Os Pioneiros", etc..

Não podemos dizer que a resposta do Governo seja a mais adequada à importância dos problemas postos. Dos 68 requerimentos formulados, o Governo respondeu apenas a 15, ou seja, a cerca de 20%. Parece-nos que esta atitude dos responsáveis pela administração pública reflecte e dá razão nestes casos às críticas e reservas que afinal os próprios interessados formulam e que se reflecte no facto de acabarem por se dirigir a esta Assembleia, reclamando solução para problemas que são tipicamente da esfera de atribuições e da responsabilidade da administração pública!

5. Uma referência final às intervenções no período de antes da ordem do dia. Produzimos um total de 87 intervenções, das quais 10 declarações políticas. Demos por este meio resposta a muitas solicitações e problemas que nos foram colocados por trabalhadores, moradores, autarquias, rendeiros, pescadores, etc.. Mas não só. Queremos lembrar e sublinhar várias intervenções produzidas em defesa das liberdades, da democracia e do respeito pelos direitos dos cidadãos, bem como outras sobre temas sectoriais, nomeadamente sobre os reformados, os sinistrados do trabalho, os problemas da mulher, do ensino, da assistência materno-infantil, do poder local, etc..

II — A sessão extraordinária

1. A realização de um período extraordinário de trabalho da Assembleia após o termo da sessão legislativa normal, tem a concordância do Grupo Parlamentar do PCP. Há, na realidade, um conjunto de ma-

tenha prazo estreito; é exigida para realizar a Constituição quer no que respeita a determinadas estruturas do Estado (caso das atribuições e competências das autarquias locais, da comissão consultiva para os assuntos das Regiões

A primeira está ligada ao grande volume de trabalho legislativo exigido à Assembleia da República nesta primeira sessão legislativa, por imperativos constitucionais. Com efeito, as transformações revolucionárias e a Constituição exigiram a revisão ou a criação de novos regimes jurídicos em muitos domínios. Acresce que a Assembleia teve de dedicar uma boa parte do seu esforço à definição do seu próprio regime de trabalho (Regimento, Estatuto dos Deputados, Lei Orgânica da Assembleia).

A segunda razão está ligada à carência de condições materiais e institucionais para um frutuoso trabalho parlamentar (deficiência de instalações, falta de uma prática parlamentar institucionalizada e de mecanismos experimentados de coordenação).

A terceira razão está ligada às próprias condições políticas na Assembleia e, designadamente, às alianças de facto preferenciais do partido do Governo com os partidos da direita parlamentar, partidos estes interessados acima de tudo na recuperação capitalista e não na criação de condições operativas de trabalho na Assembleia da República.

3. As matérias que vão constituir objecto do período extraordinário de trabalho da Assembleia, pelo seu volume e pela relevância de cada uma delas, possuem uma importância política que é desnecessário realçar. Efectivamente, elas dizem respeito, quer ao completamento das estruturas do Estado democrático, quer à definição de alguns aspectos do regime económico, quer aos direitos e liberdades, em particular dos trabalhadores. Enfim, dizem directamente respeito à configuração concreta do regime democrático em Portugal e às perspectivas do seu desenvolvimento.

designadamente, não pode ser levada a cabo se não cessar a ofensiva contra as transformações económicas e sociais produzidas desde o 25 de Abril, se não terminarem os ataques contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, se não se respeitarem as relações e os limites entre os vários sectores económicos constitucionalmente previstos (sector nacionalizado, UCPs, cooperativas, empresas em autogestão, sector capitalista, pequena produção agrícola e industrial), se não se tiver em conta a intervenção dos trabalhadores e das suas organizações na definição e execução das grandes medidas de política económica e social.

Medidas que visem a restauração do domínio capitalista em sectores onde ele foi afastado ou a alteração do status quo das estruturas económicas, ou que visem a restrição das liberdades dos trabalhadores ou dos seus direitos de intervenção contrariam a recuperação económica, implicam uma restrição das liberdades democráticas, enfim, põem em causa o próprio regime democrático constitucional.

4. A importância política das matérias que vão ser discutidas exige, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, que a sua discussão parlamentar seja acompanhada por um amplo esclarecimento e debate públicos.

Por um lado, não parecem justificáveis quaisquer mecanismos de redução do debate parlamentar, tendente a fazer passar na Assembleia projectos ou propostas sem discussão aberta, como se tentou fazer a propósito da lei de delimitação dos sectores público e privado. Sem excluir a possibilidade de processamentos especiais, a decidir caso por caso, e sem quaisquer intuídos obstructionistas, opomo-nos à alteração do regime geral de tramitação processual previsto no Regimento da Assembleia.

Por um lado, e no que respeita à legislação sobre direitos dos trabalhadores e sobre Reforma Agrária, importa dar cumprimento efectivo às disposições constitucionais que garantem a intervenção dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores e das suas organizações na respectiva legislação, pondo à sua discussão os projectos e propostas de lei durante um prazo razoável e tendo em conta os resultados dessa discussão. Neste aspecto, entendemos que não tem sido dado cabal cumprimento a este direito constitucional, pois não só não se tem dado conhecimento à Assembleia e aos trabalhadores dos resultados das consultas feitas, como não se tem tido em conta disposições dos trabalhadores, mesmo quando elas são unânimes ou esmagadoramente maioritárias.

5. Na próxima sessão extraordinária da Assembleia, tal como até agora, o Grupo Parlamentar do PCP fará todos os esforços no sentido de tornar possível a aprovação de leis que sirvam os interesses dos trabalhadores e do processo democrático, que garantam efectivamente os direitos e liberdades democráticas e que contribuam para a realização, consolidação e desenvolvimento do regime democrático, tal como está consignado na Constituição.

Neste sentido, manifestamo-nos dispostos a dar a nossa cooperação na efectivação das condições necessárias, nomeadamente no entendimento entre comunistas e socialistas, que detêm em Assembleia a maioria dos votos.

Tal como se afirma na proclamação da Conferência Nacional do PCP, realizada em 4 e 5 de Junho, "o PCP está pronto a examinar com todas as forças e sectores democráticos interessados na continuação do processo democrático e na defesa do regime constitucional, sem quaisquer discriminações, a possibilidade de uma plataforma que assegure a recuperação económica e a consolidação das liberdades políticas e da independência nacional".



O camarada Vítor Louro, à esquerda na gravura, condenou as tentativas de destruição da grande maioria das UCPs legalmente constituídas. A seu lado outro deputado do PCP, o camarada Severiano Falcão



SAIR DA CRISE! com os trabalhadores num grande esforço nacional

IMPORTAÇÕES: UM PROBLEMA URGENTE

A Conferência Nacional do PCP propôs:

Contingentação temporária da importação de bens supérfluos ou não essenciais. Esta medida, ao contrário do que se pretende fazer crer, pode reduzir o défice em cerca de 11,5 milhões de contos, numa primeira aproximação.

Substituição total ou parcial de produtos importados por produção nacional, implicando em certos casos a reconversão de sectores ou com novos investimentos rapidamente reprodutivos. Esta medida pode reduzir o défice numa primeira aproximação, em cerca de 17 milhões de contos, num curto prazo.

O leitor resolve-se a perder uma manhã e faça a seguinte experiência: visite dois supermercados, um do tipo popular, outro, frequentado fundamentalmente pelas classes privilegiadas que ainda entre nós (e ultimamente outra

de França (174\$00 por 420 gramas), pasta de figado de porco de França (50\$00 por 78 gr), bróculos da África de Sul (32\$50 por 327 gr), couve de Bruxelas da Inglaterra, filetes de peixe congelados da Suíça (49\$40 por 300 gr).

pode vê-lo vindo da RFA! E não somente de maçã mas também de uva, laranja, ananaz, etc. Só que lhe será provavelmente muito difícil satisfazer esse desejo pois por 7 dl destes sumos, contidos em coloridas embalagens de

tanta variedade de produtos alimentares vindos do estrangeiro, mas em contrapartida não faltam outros produtos importados que se caracterizam pelo seu carácter supérfluo. Outros, a menor parte, poderão ser facilmente substituíveis, desde já, pela produção nacional. Estão por exemplo, neste caso os espalhados relógios vindos da Inglaterra. Será que precisamos deles? No entanto, o Governo não hesitou em fechar a Timex lançando mais de meio milhar de trabalhadores para o desemprego. Quanto aos pisa-papéis vinda da RFA, será que não temos uma rica indústria de vidro que se debate com sérios problemas de mercado? Porquê ocupar o mercado nacional com produtos importados de vidro que, aliás, se não resumem ao pisa-papéis, antes, abrangendo uma gama que vai desde os jarros de Hong Kong, pirex de França (será que o barro utilizado pelas nossas avós não continua a ir ao fomo)?

Até milho, amigo leitor, milho - aquele normalíssimo grão que no nosso país era uso e costume dar às galinhas, é importado da Suíça em pacotes de plástico de 450 gramas vendidos ao público ao preço de 27\$00!

E note que entretanto, quando se importa o milho, os queijos, as manteigas, os peixes, as latas de carne, as sopas, etc., importamos não somente estes produtos mas também as respectivas embalagens de cartão, de plástico, de vidro, de louça, de lata, etc., o que onera ainda mais este tipo de importações. Quanto a vestuário, neste país de indústria têxtil, debatendo-se com grave crise neste país em que a indústria têxtil e confecções empregam milhares de trabalhadores, importam-se têxteis e vestuário da Inglaterra, da Dinamarca e dos países da EFTA, os quais não pagam direitos. Por isso mesmo, o leitor encontrará em lojas da Baixa, nos *drugstores* lenços de algebeira vindos da Suíça, camisolas de malha da Inglaterra de 600\$00 a 680\$00, "babygrows" da RFA de preços entre 76\$00 a 82\$50 (enquanto os nacionais, mesmo ao lado, encontram-se a 32\$00), blusas de riscado da Inglaterra a 400\$00, vestidos de pano cru da Inglaterra a 1600\$00.

Mas se quiser pentes, molas, colcheteis, suspensórios de ligas, também esses produtos fica, sabendo que são comprados na amiga Europa. A "Europa está de facto conosco", está de tal modo cá dentro, que se torna difícil em fileiras compactas de produtos ver onde se encontra a produção nacional. Quanto nos custa esta vizinhança? Eis a questão por onde passam razões profundas da crise económica e financeira com que nos debatemos.

artigo 109: DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (PREÇOS E CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO):
1. o estado intervém na formação e no controlo dos preços, incumbindo-lhe racionalizar os circuitos de distribuição e eliminar os desnecessários.

O GOVERNO ESTA ATENTO? E TANTO, QUE REDUZIMOS AS IMPORTAÇÕES AO MINIMO. FAZEMOS AUSTRERIDADE E NESTE MOMENTO SO GASTAMOS:

- 21.000.000,00 em chocolates
- 5.000.000,00 em banha de porco
- 4.000.000,00 em pulverizadores de toucador
- 11.000.000,00 em papel higiénico
- 7.000.000,00 em pentes
- 5.000.000,00 em bilhetes postais e cartões de boas festas
- 45.000.000,00 em bonecas
- 6.000.000,00 em cachimbos
- 50.000.000,00 em isqueiros
- 34.000.000,00 em fechos, fivelas e colcheteis
- 12.000.000,00 em tesouras
- 84.000.000,00 em caçado
- 99.000.000,00 em lenços de algebeira
- 15.000.000,00 em mel
- 29.000.000,00 em perfumes
- ETC., ETC., ETC...

COMO PODEM VER SÃO SÓ IMPORTAÇÕES DE PRIMEIRA NECESSIDADE!

vez mais), têm um lugar ao sol da recuperação capitalista. Tanto num como noutro, encontrará exemplos escandalosos da política de esbanjamento de divisas que caracterizou tanto o regime fascista como a política retomada pelo VI Governo Provisório e prosseguida pelo I Governo Constitucional do PS. Encontrará algumas das razões pelas quais o défice da Balança Comercial atinge milhões de contos e as nossas reservas de ouro têm escorrido ao sabor das importações destinadas a satisfazer consumos supérfluos. Encontrará, em suma, todas as razões para se interrogar: "Mas afinal que austeridade é esta: a austeridade que impõe aos trabalhadores um cabaz de compras vazio e premia as classes improdutivas com importações de colherzinhas trabalhadas vindas de Inglaterra com reservatório para chá, papel higiénico supermacio da Finlândia, mostarda de Dijon (com preços de venda ao público de 60\$00 a 80\$00 enquanto a nacional, ao lado é de 38\$00, marca "Savora"), mexilhão da Dinamarca, (50\$00 por 100 gr), camarões da Suécia (116\$00 por 120 gr), feijoada de França enlatada (141\$00 por 820 gr), guisado de ganso enlatado em França (143\$60 por 840 gr), batatas pré-fritas congeladas igualmente de França (40\$60 por 340 gr), sopa de cogumelos de França (108\$80 por lata de 820 gr), espargos

A maior parte destes produtos que jamais fizeram parte da alimentação do trabalhador (que, na verdade, nem sequer contém um valor proteico que não possa com vantagem ser substituído, inclusive por produtos nacionais frescos), pode o leitor vê-los num Supermercado de luxo ou as outras surpresas igualmente absurdas num país cujas exportações apenas cobrem 42,8% das importações (ou seja compramos mais 57% de produtos ao estrangeiro do que o que vendemos, desequilibrando assim a balança comercial) poderá detectar neste supermercado: Por exemplo, encontrará algumas variedades de pão de centeio de 52\$50, a 21\$30 (por 250 gr), pão de centeio e trigo, todo ele vindo da República Federal Alemã, RFA, mistura para bolos a 40\$70 (ao lado a mistura nacional a 27\$00), massa de hóstias da Inglaterra a 37\$70 por 128 gr, Plum Pudding a 97\$20 por 450 gramas, sopas da Suíça, passas de uva de Espanha, tâmaras da Argélia, massas e sopas enlatadas da Itália, leite em pó francês, amendoim da Inglaterra a 40\$00 por 200 gramas. Recordar-se o leitor do escândalo ocorrido durante o ano passado em que toneladas de maçã foram lançadas ao lixo em Torres Vedras, façanha repetida por uma cooperativa (?) das Beiras? Mas entretanto se desejar beber sumo de maçã,

cartão, terá de pagar 84\$40. Também para quem gosta de concentrados de sumos, encontrará ainda com origem da RFA, garrafinhas de 3,5 dl a 50\$70. Ao lado, garrafas de sumo concentrado da Compal, contendo um litro custam-lhe 52\$60. Mas não se espante de ver a grande burguesia preferir os 3,5 por 50\$70: é um modo de expressar que a minoria exploradora deste país e o imperialismo estão de facto um com o outro. Se não veja: há também quem compre concentrados em pó de diferentes frutos à escolha (de quem pode escolher): terá "Tang", produto vindo dos Estados Unidos a 87\$00 por frasco de 225 gramas e "Micau" produto nacional, a 31\$00 por frasco de 250 gramas. De resto, nos laticínios deparará com uma grande quantidade de queijos oriundos da Suíça, da Holanda, da Bélgica, Dinamarca e margarina da Holanda (116\$00 por 500 gr). Nos molhos, de variadíssimos sabores, será difícil encontrar um nacional: por volta de 80 gramas cada frasco de molho importado custar-lhe-á 60\$00. E para o seu animal de estimação, cão ou gato, não só a "Europa que está conosco" mas também os "amigos" Estados Unidos exportam atraentes sacos com preços variáveis desde 546\$00 a 208\$30 (2,5 kg) a 85\$20 (1 kg). No supermercado mais popular não encontrará o leitor

Através desta lista poderá o leitor detectar uma série de produtos perfeitamente supérfluos e ainda outros que não somente podem ser substituídos por produção nacional como ainda muitos que fazem já concorrência à produção nacional. Alguns exemplos: temos boas falanças e porcelanas, uma excelente produção de cobertores e mantas de viagem, a indústria de calçado debate-se com sérios problemas de colocação de produtos, possuímos uma produção de tecidos de algodão e confecções que pode substituir com vantagens as malhas elásticas, produzimos embalagens de cartão, cartolina etc, os lenços de algebeira portugueses, as luvas de lã, as tapeçarias que produzimos podem não ser tão sofisticados como os estrangeiros mas dão e sobram para o consumo. O mesmo poderíamos dizer dos candeeiros, das lâmpadas de filamento (que importamos da RFA porque têm feitos mais originais ou ainda porque levam um banho de prata!).

Quanto aos produtos alimentares, eis uma breve lista de algumas importações e que podemos facilmente substituir por produção nacional (quando já o não fazemos) satisfazendo o consumo interno: mel (15 500 contos), produtos hortícolas congelados (46 030 contos), uvas em passa (10 018 contos), banha de porco (5122 contos), chocolates (21 774 contos), massas alimentícias (6941 contos), preparados alimentares para crianças (38 455 contos), alfarroba e caroços de frutas (entretanto no Algarve, a alfarroba fica no chão por apanhar e caroços de fruta vão para o lixo). Que dizer ainda do facto de gastarmos 351 000 contos na importação de mariscos? E 252 693 na importação de tâmaras, bananas e ananazes (só se justificando, afinal, a importação de bananas, podendo ser reduzida a importação de ananazes e suprimida a de tâmaras, facilmente produzidas no Algarve).

Papel higiénico	11 673 000\$00
Objectos de vidro, serviços de mesa, de cozinha, toucador e escritório	59 615 000\$00
Estatuetas e objectos de fantasia	35 664 000\$00
Louça de porcelana	29 026 000\$00
Louça de faiança	53 211 000\$00
Espelhos	10 122 000\$00
Pregos, ganchos, ondulados e biselados	47 256 000\$00
Objectos de uso doméstico em ferro	114 114 000\$00
Alfinetes, passadeiras, ganchos de cabelo	1 270 000\$00
Armações de óculos, lunetas chapeadas, de ouro ou prateadas	133 290 000\$00
Outras armações de óculos não especificadas	508 210 000\$00
Óculos já armados chapeados de ouro ou prateados	502 000\$00
Metros de madeira	473 000\$00
Pentes e travessas	7 804 000\$00
Pulverizadores de toucador	4 233 000\$00
Obras modeladas ou talhadas em cera natural ou parafina	15 313 000\$00
Armas de fogo, espingardas e carabinas	153 174 000\$00
Outras armas de ar comprimido, gaz ou mola	120 993 000\$00
Mobiliário	190 235 000\$00
Bonecas	45 920 000\$00
Brinquedos	224 981 000\$00
Cachimbos	5 882 000\$00
Isqueiros	49 758 000\$00
Relógios de uso pessoal	251 642 000\$00
Automóveis montados, de luxo	131 043 000\$00
Estatuetas e objectos de ornamentação	3 340 000\$00
Fechos, fivelas, colcheteis, ilhozes	34 546 000\$00
Colheres, conchas, garfos, facas especiais, pinças	11 564 000\$00
Facas	6 272 000\$00
Facas douradas ou prateadas	968 000\$00
Tesouras	12 123 000\$00
Candeeiros e lustres em metal comum	3 340 000\$00
Pilhas eléctricas secas	79 607 000\$00
Cintas, espartilhos, suspensórios, soutiens, ligas	18 595 000\$00
Cobertores e mantas de viagem	84 933 000\$00
Calçado	84 051 000\$00
Luvas de lã	2 304 000\$00
Tapeçarias	14 035 000\$00
Lenços de algebeira	29 000 000\$00
Papel de forrar casas	64 264 000\$00
Caixas, sacos, recipientes de papel, cartolina ou cartão	10 855 000\$00
Bilhetes postais, de Boas Festas e felicitações	4 915 000\$00
Perfumarias	28 819 000\$00
Pomadadas para calçado, pós para arear e dar brilho aos metais	85 150 000\$00
Velas, círios, pavios e similares	1 999 000\$00
Hóstias, obreiras, pastas secas	4 070 000\$00
Arroz expandido, Corn Flakes	13 039 000\$00
Pão e produtos de padaria	9 359 000\$00
Extractos ou essências de café, chá, etc.	30 084 000\$00

de todas as sementes deitadas à terra é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar as mais copiosas searas.

FERNANDO LUSO SOARES
O CASO DIAS COELHO
alegações de Margarida Tengarrinha Dias Coelho



PREÇO 50\$00

O CASO DIAS COELHO

CDL a distribuição

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1

Desejo receber o livro "O CASO DIAS COELHO". Para o respectivo pagamento envio a importância de Esc.\$00 em cheque / vale de correio n. sobre Banco / Estação de Correio.

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____

A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

J. Flavien
A. Lajoinie

A BANCA AO SERVIÇO DO POVO

EM LIVRO QUE DEVE SER LIDO POR TODOS OS TRABALHADORES O QUE FOR O QUE F. O QUE DEVERIA SER A BANCA AO SERVIÇO DO POVO TRABALHADOR



CRIANÇAS DE ALMADA OFERECEM PAINÉIS PARA A CHECOSLOVÁQUIA

No passado dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, os alunos do primeiro ano (tuma J), da Escola Preparatória da Sobreda da Caparica, entregaram ao Presidente da Câmara de Almada um conjunto de oito painéis

destinados à Câmara Municipal da cidade checa de Ostrava. Há já algum tempo que os alunos da Sobreda da Caparica, orientados pelo professor Francisco Simões, tinham decidido escolher, após

um estudo de pesquisa, um país socialista e, dentro desse país, uma cidade que tivesse semelhanças com a cidade de Almada. O país escolhido foi a Checoslováquia e a cidade a de Ostrava.

Para contarem o que é o concelho de Almada, os alunos da Escola Preparatória da Sobreda, acharam que a melhor forma era fazerem essa descrição através de painéis. Elaboraram assim oito painéis, com base em tela, sobre o qual colaram recortes de pano.

Juntamente com os painéis, as crianças da Sobreda, entregaram a José Vieira, Presidente da Câmara de Almada, um conjunto de trabalhos onde descrevem o concelho de Almada e que se destinam aos seus colegas duma escola, semelhante à da Sobreda, situada em Ostrava. Com a entrega destes trabalhos pretendem, as crianças da Sobreda da Caparica, que se dê início ao processo de geminação das duas cidades.

A Câmara de Almada, antes de fazer chegar os trabalhos à Embaixada da Checoslováquia no nosso país, irá promover a sua exposição para que, possam ser apreciados pela população dessa cidade da margem esquerda do Tejo.

Em Sintra REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

Realizou-se no passado dia 28 de Maio a 1.ª Assembleia da Organização do Concelho de Sintra, com a participação de 149 delegados eleitos em todos os organismos do concelho e a presença de algumas centenas de convidados. Também assistiram delegações do PS, do MDP, da FSP, do MDM, Democratas de Queluz, Antifascistas de Montelavar, Conselho de Moradores de Queluz, Professores Comunistas do concelho, Pioneiros e FEPU.

Os trabalhos de Assembleia foram dirigidos por camaradas eleitos, tendo presidido o camarada Hipólito Santos membro do CC, em representação da DORL.

Lido por diversos camaradas, o relatório de actividades focava os seguintes pontos: Organização, Fundos, Informação e Propaganda, Lutas nas Empresas, Sindicato, Trabalho Camponês e Cooperativas, Organização Popular de Base, Autarquias, Trabalho de Mulheres, Pioneiros e a Campanha dos 50 mil contos.

O relatório, que abarca os diversos aspectos da actividade dos comunistas no concelho, fala dos primeiros tempos da organização, posteriores ao 25 de Abril, altura em que a falta de grande número de membros do PCP tornou necessário estudar formas de organização capazes de conquistar os militantes e capacitá-los para pôr em prática a orientação do Partido e levá-la às massas. Ultrapassar as dificuldades e para tal reforçar a organização, criar condições para desenvolver a influência do Partido, são algumas das tarefas apontadas para o imediato.

Refere também este documento o esforço desenvolvido para abrir Centros de Trabalho, salientando os 11 Centros actualmente em funcionamento desde que o primeiro foi aberto em 28 de Setembro de 1974.

O recrutamento de novos membros, os cursos de formação de quadros (cujo início, no concelho, se registou no dia 23 de Abril último) e o melhoramento dessas duas actividades foram outros dois pontos a que o relatório fez referência. Também os esforços a fazer na frente ideológica para dar resposta à campanha de desinformação, o desenvolvimento consequente da Informação e Propaganda, criando estruturas mais adequadas foram apontados como medidas a tomar.

Na discussão do relatório a participação dos delegados foi viva, tendo-se salientado as intervenções de camaradas da local, da CIM, da DMC, da EIP, da PARDAL Montelro, da Fábrica Portugal, da Grís Impressores, todas focando aspectos de organização e apontando orientações concretas para melhorar o trabalho do Partido dentro e fora das empresas.

Diversas propostas de alteração do relatório foram apresentadas. Este documento, depois de discutido, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi apresentada a proposta da nova Comissão Concelhia. Esta proposta viria a ser aprovada, com uma abstenção, depois de discutida pelos delegados. O novo organismo dirigente do concelho de Sintra, do PCP, integra agora 23 membros, sendo de salientar a maioria operária - 56% - e a percentagem de mulheres - 16%.

À noite teve lugar a sessão de encerramento dos trabalhos. Aberta a toda a população, esta sessão foi preenchida pela apresentação da nova Comissão Concelhia, feita pelo camarada Batista dos Santos, e pelas intervenções do camarada Hipólito dos Santos, em representação da DORL, do camarada Mário Mendes, em representação da Comissão eleita. Finalizou a Assembleia a intervenção do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Em Penafiel

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Com a presença de mais de 60 delegados realizou-se, na passada sexta-feira, nas instalações da escola técnica, a 1.ª Assembleia Concelhia de Penafiel que, além de ter feito um balanço da actividade desenvolvida, elegeu a comissão concelhia e definiu algumas direcções prioritárias de trabalho.

Esta reunião contou com a assistência de numerosos convidados, entre os quais se encontravam delegações do MDP, do PS e da FEPU, bem como o presidente da Assembleia Municipal e o presidente da Assembleia de Freguesia de Bustelo.

Na mesa, que dirigiu a reunião, encontravam-se vários elementos

da comissão concelhia cessante, um representante da organização inter-concelhos do distrito do Porto e ainda os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Emídio Pinto Ribeiro, membro da DORN.

Após o presidente da mesa ter dirigido breves palavras de saudação aos delegados, à direcção do Partido ali representada e aos convidados presentes, foi lido o relatório de actividades da comissão concelhia cessante, no qual foi analisado a participação da organização nas campanhas eleitorais, no desenvolvimento do movimento camponês, nas autarquias e noutras actividades. Tendo em vista a importância de que se reveste para o desenvolvimento da organização a abertura de um Centro de Trabalho (após o 25 de Abril, o que foi aberto seria assaltado e destruído por um grupo de fascistas), foi feito um apelo ao Comité Central, através do camarada Carlos Costa e a toda a organização do Partido no sentido de darem todo o apoio para a reabertura de uma sede em Penafiel.

Entre as diversas intervenções, duas debruçaram-se sobre a importância do trabalho a desenvolver junto dos pequenos e médios agricultores e rendeiros e nas autarquias locais. Reafirmando a necessidade de ser intensificado o recrutamento de camponeses, o camarada Manuel Moreira Soares defendeu a necessidade de serem constituídos organismos que visem a dinamização do trabalho de organização de pequenos agricultores e rendeiros «construindo as bases necessárias para avançar para uma agricultura livre e independente e com um verdadeiro interesse colectivo».

Depois de ter sublinhado os êxitos alcançados por numerosos rendeiros, Manuel Moreira Soares, apontou os benefícios resultantes da diminuição das rendas, através da aplicação das tabelas de valores máximos previstas na lei, o que permite o desenvolvimento da cooperação nos campos, quer no agrupamento de terras, quer na aquisição de maquinaria.

«Não se admite», declarou ainda, «que uma hora de lavoura feita por um tractor custe 250 escudos e uma hora de ganchar custe 300 escudos». Estes números bem significativos da exploração a que estão sujeitos os pequenos agricultores e rendeiros do concelho de Penafiel traduzem a importância das propostas apresentadas relativamente ao incremento da cooperação nos campos.

Não obstante a grande maioria dos órgãos do poder local estarem nas mãos dos partidos da reacção,

o trabalho desenvolvido pelos comunistas eleitos tem sido positivo. Na Assembleia Municipal foi aprovado um regimento razoável e têm-se reforçado os contactos com os socialistas e com a população. Estas afirmações foram feitas no decurso de uma intervenção que analisou o trabalho nas autarquias, tendo a camarada Maria Georgina Nunes defendido igualmente como tarefa a curto prazo a luta pela aprovação na AM do critério de distribuição de verbas, o funcionamento regular daquele órgão, o desenvolvimento da participação das populações nos órgãos autárquicos, já concretizados nas freguesias onde há maior implantação do Partido, e o combate à tentativa dos caciques do PPD e CDS em paralisarem ou não assegurarem o funcionamento normal das assembleias de freguesia. Como foi referido, algumas limitaram-se a aprovar o regimento e outras nem sequer reuniram pela primeira vez.

Para melhorar o trabalho das camaradas, foi defendida a necessidade de nova comissão concelhia dar maior atenção a este trabalho.

Por unanimidade e aclamação foi eleita, no termo dos debates, a nova comissão concelhia que é integrada por 25 camaradas de 14 freguesias, a maioria dos quais são operários. A média de idades é de 30 anos.

A encerrar a Assembleia, usou da palavra o camarada Carlos Costa que depois de ter salientado a importância da Assembleia, não deixou de sublinhar os êxitos alcançados pelos comunistas em Penafiel. Segundo revelou, desde Outubro até ao último balanço de organização, registou-se um aumento para mais do dobro do número de militantes.

No final uma festa de convívio reuniu muitos militantes e simpatizantes do Partido, bem como outras pessoas.

EM FÂNZERES E VALBOM

A organização do Partido das freguesias de Fânzeres e Valbom, no concelho de Gondomar, elegeu no decurso de Assembleia de Freguesia, recentemente realizada, os camaradas que passam a constituir as novas comissões de freguesia.

Dos 23 camaradas que integram a Comissão de Freguesia de Fânzeres, 16 são operários, quatro empregados, dois pequenos industriais e uma doméstica. Por seu turno, a nova Comissão de Freguesia de Valbom, constituída por 25 membros, com a seguinte composição: 16 operários, seis empregados, um intelectual e dois de profissões diversas.

Em Vila Real de Santo António

A 1.ª ASSEMBLEIA DESDE 1930

Decorreu em 29 de Maio último, em Vila Real de Santo António, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Os trabalhos tiveram lugar nas instalações do Lusitano, onde se reuniram os 84 delegados eleitos e os convidados.

Na mesa encontravam-se, além dos membros da Comissão Concelhia cessante, os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central, o camarada Carlos Durão, membro suplente do CC e membro da DORL e ainda a camarada Emilia e o camarada Quaresma, da DORL.

A Intervenção sobre Organização salienta que a actividade do Partido naquele concelho remonta a 1930, data em que foi organizado o Comité Local do PCP, e faz referência ao trabalho revolucionário que, ao longo dos anos, o Partido ali desenvolveu, organizando os trabalhadores sob o fogo da repressão fascista.

Mais adiante faz o estudo das características sociais do concelho que conta com 14 mil habitantes, apontando a necessidade de reforçar o papel de vanguarda do PCP, particularmente junto dos pescadores.

Também as actividades culturais e associativas são mencionadas no relatório como importantes meios de esclarecimento da população. Uma série de intervenções sobre os fundamentais sectores de trabalho partidário ocuparam o restante tempo em que decorreram os trabalhos. Destaca-se a que, em nome da Comissão de Fundos refere o trabalho no concelho para a Campanha dos 50 mil contos, assinalando que a meta de cem contos fora atingida.

A Informação e Propaganda mereceu também a atenção dos delegados, através de uma intervenção que assinalou a irregularidade do trabalho no sector, e os aspectos positivos desse trabalho que

mobilizou, à volta de tarefas concretas, muitos militantes.

A Juventude esteve presente na Assembleia, tendo sido ouvidas duas saudações da UEC e da UJC.

Intervenções sobre o trabalho dos Gráficos, da

panorâmica do trabalho realizado e apontaram o rumo a seguir.

Moções e saudações foram apresentadas. Uma delas saúda o Comité Central do Partido e deseja aos trabalhos da Conferência



Célia dos Estaleiros Navais António Pena - abordando as dificuldades que enfrentam os trabalhadores na empresa -, dos operários conservadores, dos pescadores - que aponta algumas medidas de justiça que melhorem as condições de vida dos trabalhadores do mar e simultaneamente a produção -, da construção civil, da indústria hoteleira, do sector da cultura, das mulheres e do trabalho da FEPU, apresentado pelo único comunista da FEPU eleito para a Câmara, todas estas intervenções deram uma

Nacional os maiores sucessos. Podemos hoje dizer que esses desejos se confirmaram.

A nova Comissão Concelhia, composta por 19 membros, dos quais 4 mulheres, foi eleita pelos delegados, com um voto contra e 6 abstenções. Encerrou os trabalhos da Assembleia o camarada José Vitoriano, com uma intervenção em que focou alguns aspectos do trabalho político no concelho.

A noite houve festa, aberta à população. Com Canto Livre, marcando o final de mais uma Assembleia do Partido.

SEMANA CULTURAL MOÇAMBICANA EM LISBOA

Tal como já noticiámos, decorrerá em Lisboa, de 20 a 25 deste mês, a **Semana Cultural Moçambicana**, jornada de cooperação e intercâmbio que vai assinalar entre nós o segundo aniversário da independência da República Popular de Moçambique.

A Semana resulta de um acordo estabelecido entre o Governo moçambicano e a Associação de Amizade Portugal-Moçambique, e conta com o apoio oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado de Comunicação Social, Secretaria de Estado da Cultura e Câmara Municipal de Lisboa.

Esta jornada, que irá contribuir para o reforço dos laços de amizade existentes entre os povos irmãos de Moçambique e Portugal, será preenchida por um conjunto de iniciativas, entre as quais se salienta uma exposição de arte e cultura moçambicanas que estará diariamente patente no Palácio Foz. Neste certame serão apresentados todos os livros que foram publicados depois da independência, além dos livros escolares e, ainda, pinturas e esculturas executadas por dois dos melhores artistas moçambicanos: Balanga Tana e Chissano.

No segundo dia da Semana (21), será estreado, no anfitrião da Biblioteca Nacional, o primeiro filme de longa metragem realizado pelo Instituto Nacional de Cinema de Moçambique, intitulado «Moçambique: um ano de independência». A película será exibida diariamente.

Diversos aspectos da realidade moçambicana serão abordados num colóquio que se efectuará no dia 23, pelas 21 e 30, no Palácio Foz.

A Semana termina no dia 25 - aniversário da independência - com uma sessão comemorativa no Teatro S. Luís.

Segundo referiram os promotores da jornada no decorrer de uma conferência de imprensa recentemente efectuada, a Semana Cultural Moçambicana tem como principais objectivos divulgar ao povo português a realidade actual daquele país, independente há dois anos e contribuir para o estreitamento das relações entre os dois povos.

Entre outras personalidades, constituem a Comissão de Honra da Semana, António Galhordas, António Silva Graça, Aquilino Ribeiro, Armando de Castro, Carlos Candal, Carlos Costa, Eurico Figueiredo, Fernando Pereira Santos, Rui Luís Gomes, Fernando Lopes Graça, João de Freitas Branco, Luís Francisco Rebelo, Maria Velho da Costa, Mário Ruivo, Pedro Borges e Rui Grácio.

A direcção da Associação Portugal-Moçambique e a Comissão de Honra vão dirigir convites aos órgãos de soberania para se fazerem representar nas iniciativas integradas na Semana.

Entretanto, será promovida brevemente uma **Semana da Cultura Portuguesa** em Moçambique, iniciativa recíproca, cujos objectivos assentam no mesmo espírito de amizade, cooperação e intercâmbio.

Professores primários denunciam:

RENASCE O AUTORITARISMO NAS ESCOLAS

1. O Ensino Primário, como todo o Ensino em Portugal, viveu, avidamente, a sua experiência democrática, depois da Revolução de Abril. Um dos aspectos em que tal experiência melhor se concretizou foi o da abolição do autoritarismo e da repressão nas escolas:

- pela gestão democrática tomaram os professores em suas mãos a iniciativa da organização escolar;

- pela institucionalização dos "Conselhos Escolares" abriu-se nas escolas do Ensino Primário a discussão e a participação com a consequente rejeição do autoritarismo;

- pela eleição dos Coordenadores Pedagógicos, criou-se uma estrutura democrática que deveria ser a espinha dorsal das novas relações entre o MEIC e as escolas.

2. Iniciada a democratização, os antigos inspectores do Ministério "sumiram-se" das escolas ou surgiam sem o tom autoritário e repressivo que a ordem fascista lhes concedia.

Os professores do Ensino Primário têm ainda bem vivo na memória como o MEN fascista dava plenos poderes aos inspectores e a forma como tantos deles - com a excepção dos poucos que não abusando do seu poder, souberam manter a sua dignidade e a dos professores - com arrogância e arbítrio policiavam, alheados dos reais problemas

pedagógicos, os menores indícios de falhas naquilo que burocraticamente consideravam como sendo o "espelho do trabalho do professor" e que muitas vezes se resumia, ridículamente, à minuciosa investigação sobre a correcção no preenchimento do celebrado livro-B.

3. Agora, em pleno "Governo Constitucional", são os professores do Ensino Primário surpreendidos por um renovar do autoritarismo e da repressão através da outorga de novos poderes aos "Inspectores-Orientadores".

O preenchimento secreto da "ficha-A" imposto pelo MEIC aos inspectores reporia nas Escolas do Ensino Primário a mesma sujeição hierárquica e arbitrária do "antigamente", ficando o professor à mercê da boa ou má formação moral do "Senhor Inspector", o que, na melhor das hipóteses, geraria um paternalismo degradante e, na pior, recriaria nas escolas o clima de medo e repressão tão bem conhecido dos professores do Ensino Primário.

4. Não nos surpreende que o MEIC venha enveredando por uma política de autoritarismo nas escolas. Tal actuação é a concretização no Ensino da política de cedência à direita que o Governo PS vem praticando na economia, nas relações de trabalho, na questão sindical, nos meios de comunicação social, nas relações

internacionais...

O que surpreende é que se afirma que, com o preenchimento das "fichas-secreta", se visa melhorar a "qualidade do ensino".

Ora, a "qualidade de ensino" não pode jamais passar pela despersonalização dos professores, mas pela sua participação consciente e empenhada na vida das Escolas, pela garantia de um mínimo de condições de trabalho, por uma formação pedagógica continuada e séria e pelo real cumprimento do preceito constitucional que lhes garante o direito de se pronunciarem sobre a legislação que a si próprios, professores, e ao ensino.

Os professores comunistas do Ensino Primário rejeitam categoricamente o policiamento nas escolas que agora se pretende instaurar e exigem que as estruturas democráticas do Ensino sejam aprofundadas e que só através delas funcionem as relações com o Ministério, quer no aspecto pedagógico, quer no administrativo, apelando ao mesmo tempo a todos os professores para que se mantenham unidos contra a política autoritária do MEIC.

Contra o autoritarismo nas Escolas!

Pela democracia no Ensino! Na unidade de todos os professores!

A Organização dos Professores do Ensino Primário da ORL do PCP

INICIATIVAS DA «PORTUGAL-URSS»

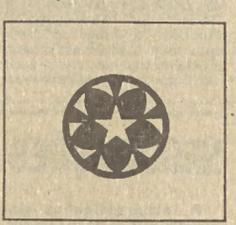
Termina amanhã, no Palácio dos Congressos do Estoril, uma jornada de carácter cultural integrada nas comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, no nosso país.

Além de várias exposições, nomeadamente de originais de gravura, artesanato e livros técnico-científicos, a iniciativa, que foi promovida pelo Conselho Distrital de Lisboa da Associação Portugal-URSS, incluiu a realização de conferências sobre diversos aspectos da realidade soviética, em que estiveram presentes, entre outras personalidades, os Drs. Moradas Ferreira e Assis Lopes.

Hoje, às 21 e 30, será projectado o filme «Fontes de Arte Popular».

Também por iniciativa do Conselho Distrital de Lisboa da «Portugal-URSS», e em colaboração com os núcleos locais de Alenquer, Alverca, Moscavide e Sacavém, decorreram recentemente nestas localidades jornadas culturais integradas nas comemorações do 60.º aniversário do Grande Outubro.

Hoje, às 21 e 30, será projectado o filme «Fontes de Arte Popular».



Também por iniciativa do Conselho Distrital de Lisboa da «Portugal-URSS», e em colaboração com os núcleos locais de Alenquer, Alverca, Moscavide e Sacavém, decorreram recentemente nestas localidades jornadas culturais integradas nas comemorações do 60.º aniversário do Grande Outubro.

CAMARADAS FALECIDOS

CARLOS PIRES CORREIA

Foi com profunda mágoa que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada Carlos Pires Correia, membro do PCP desde 1962, praso duas vezes pela política política fascista: em 1962 e em 1964.

O camarada Pires Correia fazia parte da Comissão Nacional da FEPU, tendo sido eleito para vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

A sua vida de militante dedicado e de lutador antifascista constitui abnegado exemplo para todos os que lutam por um Portugal novo a caminho do socialismo.

PEDRO RODRIGUES

Também recentemente, faleceu o camarada Pedro Rodrigues, membro da célula do nosso Partido na empresa DMC, de Queluz.

No último adeus ao militante comunista, incorporaram-se centenas de companheiros de

Nota do Secretariado do CC

O PCP E OS SUBSÍDIOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS

1. Conforme é do conhecimento público a Assembleia da República aprovou, quando da discussão da sua Lei Orgânica, um artigo que estabelece uma subvenção do Estado aos partidos políticos no valor de 1/225 do salário mínimo nacional por cada voto obtido nas eleições. Proposta pelo CDS, tal disposição teve o apoio de todos os grupos parlamentares com excepção do Grupo Parlamentar do PCP que a ela se opôs firmemente.

O PCP tomou tal posição por considerar que o financiamento dos partidos deve resultar das contribuições voluntárias dos seus filiados e simpatizantes e que a medida proposta representa um novo encargo para as finanças públicas num momento em que se proclama a necessidade de diminuir défices e reduzir os encargos, o que não contribui para o prestígio dos partidos políticos como tal, nem para o prestígio da própria democracia.

2. Mantendo todas as razões pelas quais se opôs ao subsídio dos partidos políticos à custa do Orçamento Geral do Estado, o PCP declara que não deixará no entanto de receber a quantia que a Lei Orgânica da Assembleia da República lhe atribui. O PCP, Partido dos trabalhadores, não poderia ficar em desvantagem em relação aos outros partidos, designadamente em relação àqueles que defendem no plano político interesses que se opõem aos do povo e do País. Nesse sentido, o PCP requereu em 7 de Junho a subvenção referente ao ano de 1977.

O passado e o presente do PCP, a sua dedicação aos interesses nacionais, que lhe grangearam um activo apoio e confiança das massas e um merecido prestígio entre os democratas portugueses, são garantia de que a subvenção que o PCP receberá será utilizada na firme defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia.

Lisboa, 8 de Junho de 1977

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

José Correia

O camarada José Correia, que foi trabalhador do jornal «República» e militante dedicado do nosso Partido, faleceu em 6 de corrente, com 49 anos de idade.

Às famílias, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todos os militantes do Partido, apresenta sentidas condolências.

JOSÉ DO NASCIMENTO

Foi a enterrar o nosso dedicado camarada trabalhador gráfico, José Duarte Fazenda do Nascimento, da Cooperativa «Prova».

Benjamin Nunes da Silva, trabalhador emigrante em Haia, calceteiro, natural de Vila Franca, faleceu na Holanda, tendo sido sepultado na sua terra natal.

linha geral

revista da UEC para a juventude estudantil

SINDICALISTAS PORTUGUESES DEFENDEM NA OIT AS POSIÇÕES DO MOVIMENTO SINDICAL

Um comunicado da CGTP-Intersindical Nacional assinala que "a delegação dos trabalhadores portugueses à 63.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem participado activamente em todos os trabalhos e comissões", tendo sido eleita para a vice-presidência do grupo trabalhador da comissão que se ocupa da liberdade sindical entre os funcionários do Estado, uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul. O chefe da delegação, Álvaro Rana, apresentará, entretanto, "na reunião tripartida da comissão de resoluções uma resolução de que é co-autor e que trata da democracia económica e do reforço da protecção dos direitos sindicais na empresa, na economia e na sociedade".

Realizados em Genebra, os trabalhos da Conferência deram azo a declarações divisionistas e alheias à realidade por parte de elementos da delegação governamental portuguesa. Ignorando, inclusive, o que há poucos dias se passara nas eleições para

os corpos gerentes de 5 sindicatos, onde a realignação da vontade unitária foi uma constante, manifestada num voto esclarecido e participante, o sr. Marcelo Curto afirmava, na Suíça, que os trabalhadores "estão confusos e não sabem, de facto, decidir-se". Comentar esta declaração absurda seria remeter o ex-ministro do Trabalho do Governo PS para a realidade do Movimento Sindical, que tem vindo a desmentir-lo desde muito cedo após o 25 de Abril a partir, por exemplo, do Verão de 1974, quando o sr. Marcelo Curto confiava a um dirigente da CIP que os sindicatos portugueses caminhariam a breve prazo para o "modelo" da Alemanha Federal. O sr. Marcelo Curto continua a enganar-se nos "modelos", nas "cartas" e nos "documentos Gonet", para gáudio dos trabalhadores e proveito ilusório do "Jornal Novo" da CIP, que lhe "puxa" o zelo anticomunista para a primeira página.

Mas o ex-ministro do Trabalho do Governo PS foi substituído pelo actual, na

chefia da delegação governamental. E, na mesma linha, o sr. Gonet faria, por sua vez, as suas declarações de "estratégia" da linha gonetista. No intervalo dos "assuntos de interesse bilateral", discutidos com o seu homólogo norte-americano, o sr. Maldonado Gonet advertia que os representantes dos trabalhadores portugueses à Conferência da OIT assumiram "ali uma posição política e ideológica exactamente contrária à política governamental".

Mais desintervenções

NOVOS ATROPELOS À LEI E À RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Para fazer o ponto da situação na Copam, Iberol/Copaz e Luís Pedro Mendonça, reuniu recentemente com a imprensa o Secretariado das Comissões de Trabalhadores das Empresas Intervencionadas que apelou para uma forte participação do sector nas manifestações convocadas pela CGTP-Intersindical Nacional para o dia 22.

Entretanto, o Conselho de Ministros decidiu «fazer cessar a intervenção estatal» em mais três empresas (Lusallte, Maal e Navotel) e ainda na Malombe entregue ao patrão sabotador e presumível criminoso.

Enquanto isso, nas Caldas da Rainha, os patrões, de novo na posse da FA. Calado, após a instauração de «processos disciplinares» e sete suspensões, despediam arbitrariamente oito trabalhadores ao mesmo tempo que «premiavam» alguns locais com aumentos salariais da ordem

dos 42 por cento. Segundo a situação de milhares de pequenos camponeses já em situação difícil».

Na maioria dos casos, como assinalou o Secretariado das Empresas Intervencionadas, os processos de desintervenção não são mais do que «entrega pura e simples das empresas que os trabalhadores recuperaram aos patrões que as sabotaram», criando-se, assim, situações de imoralidade flagrante e de grave prejuízo para a recuperação económica.

Recordar-se, a título de exemplo (e muitos outros se poderiam citar) que a firma Luís Pedro Mendonça está, desde Março findo, sem gestão legal, depois de ter sido ordenada a desintervenção. Esse facto impede, entretanto, os trabalhadores da empresa de movimentarem cerca de 2200 contos que os TLP liquidaram à firma; que se aproxima, deste modo, da paralisação total por não haver possibilidades de adquirir a matéria prima indispensável à laboração.

Mas apesar das desintervenções, os trabalhadores organizados continuam a apresentar soluções para o bom rendimento das empresas, para a sua verdadeira recuperação, ao mesmo tempo que lutam contra as prepotências do patronato revanchista e contra o apoio que o Governo lhe proporciona e que se traduz em despedimentos, agressões, suspensões, coacção e atentados às liberdades sindicais na empresa, consagradas na Lei e defendidas pela Constituição.

Lutas e tarefas



do movimento sindical

O nível de vida das classes trabalhadoras desce todos os dias, atingindo índices insustentáveis. O próprio Governo reconheceu que o Decreto dos 15 por cento (49-A) deve ser revisto. A CGTP-IN insiste por todos os meios nessa necessidade. Para isso apresenta números rigorosos. Há CCTs (contratos colectivos de trabalho), como o das madeiras, que começaram a ser negociados há 20 meses, outros há vigorando há 30 meses, como o dos gráficos, e outros ainda já assinados, mas à espera de publicação, sem a qual não entrarão em vigor, como sucede no sector vidreiro. Isto quando os CCTs deveriam vigorar, no máximo, por um período de um ano. Por outro lado, é extremamente reduzido, por via da legislação antitributária promulgada pelo Governo PS, o âmbito do clausulado que os Sindicatos podem negociar com os representantes do patronato. Centenas de milhares de trabalhadores sofrem na carne diariamente as prepotências do Executivo em matéria de legislação laboral feita nas suas costas, desrespeitando a Constituição e as próprias convenções da OIT, que o nosso País subscreveu.

● **"Ultrajante para os trabalhadores"** — Assim considera a portaria de regulamentação do trabalho para o sector do barro vermelho, que o Ministério do Trabalho se prepara para publicar, a Federação dos Sindicatos da Cerâmica, num comunicado, aludindo nomeadamente ao facto de os salários serem inferiores mesmo aqueles que foram propostos pelas entidades patronais.

● **"Inadmissível ingerência"** — É a do Governo "no processo de negociação do ACT (acordo colectivo de trabalho) dos trabalhadores ferroviários, por ser um atropelo à legislação em vigor e uma tentativa de pôr trabalhadores contra trabalhadores" — acusa a Federação dos Sindicatos Ferroviários, exigindo, entre outras medidas, "a revogação do Decreto-Lei 49-A/76, de acordo com as posições já assumidas pela CGTP-Intersindical Nacional, pelos Sindicatos e pelos trabalhadores em geral, por ferir a liberdade de negociação, garantida pela Constituição da República Portuguesa".

● **Secretário do Trabalho não recebe** — A Comissão Negociadora Sindical da Indústria Vidreira não conseguiu ser recebida pelo secretário de Estado do Trabalho com quem pretendia discutir os problemas levantados pelo Ministério à saída do CCT já assinado com o patronato. Uma reunião posterior nada adiantou.

● **Lucros para os patrões, prejuízos para os operários** — Enquanto as entidades patronais puderam aumentar o metro cúbico de pedra de 5200\$00 para 7500\$00, os operários das pedreiras de Trigaves, no Alentejo, propunham, há dois anos, um salário de 8500\$00 para cabouqueiros e outras categorias, que agora, nas tabelas aprovadas lhes aparece redução para 7500 e 7200 escudos. "Dois anos de conversa" para isto! — afirmam os operários de Trigaves que "não aceitam tais tabelas e querem um CCT decente".

● **O "talvez" do Ministério** — "Depois de nas negociações directas o patronato ter sucessivamente arranjado formas e pretextos para atrasar o mais possível as negociações do contrato, é agora o Governo, que se faz representar na comissão técnica para a PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) através dos Ministérios do Trabalho e da Indústria, que tem contribuído decisivamente para o arrastar deste processo" — afirma-se numa proposta dos delegados sindicais do sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico (Sindicato dos Electricistas), reunidos em Lisboa, Porto e Coimbra, que acrescentam, antes de propor uma série de medidas: "Assim e mais uma vez, o prazo com que os Ministérios do Trabalho e da Indústria se tinham

comprometido para terminar o projecto de portaria (fins de Maio) não foi por estes respeitado, tendo o Ministério da Indústria comunicado aos Sindicatos que "talvez" só no fim de Junho tenha o "estudo" do sector feito... e o Ministério do Trabalho afirma que sem o "estudo" não se pode pronunciar". Os trabalhadores dão apoio activo às manifestações previstas para o dia 22.

● **Nos têxteis a luta continua** — Segundo um comunicado da respectiva Federação dos Sindicatos, os 300 mil trabalhadores do sector têxtil participarão hoje, às 14 horas, com grandes concentrações junto do Ministério do Trabalho e das suas delegações por todo o País. Entre outras reivindicações, já objecto de várias lutas, exige-se: "Que nos seja garantido um salário digno e justo, para assim podermos fazer face ao actual custo de vida e bem assim ao aumento que se prevê para os possíveis 18 meses de vigência do contrato; que nos seja garantido um salário mínimo que, por um lado, não crie mais injustiças relativas no sector, e, por outro lado, se aproxime substancialmente dos consagrados para os restantes sectores da indústria transformadora". Os trabalhadores apoiam activamente as manifestações previstas para o dia 22.

● **Vítimas de todos os boicotes** — Cem mil empregadas domésticas esperam há mais de 32 meses pela aprovação da Lei do Serviço Doméstico — um projecto de regulamentação do trabalho no sector. As dirigentes do Sindicato afirmam num comunicado que continuam a passar horas e horas nos corredores do Ministério do Trabalho; procurando ser recebidas e "sentindo-se joguete de má vontade dos funcionários" e vítimas de "todos os boicotes".

● **Sem contrato** — O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar, perante a recusa do patronato em negociar o CCT da indústria de tomate, chama a atenção para as "Implicações profundamente negativas que esta situação irá trazer à economia nacional, já que se aproxima a passos largos a próxima campanha (...) e não hesitaremos, na altura própria, em defender intransigentemente os nossos direitos".

● **CCT para retirar regalias?** — Segundo um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, os seus associados que prestam serviço na indústria de moagens e afins não aceitarão que se deixe de consagrar no próximo CCT "regalias de que os trabalhadores já usufruem", responsabilizam "a comissão patronal negociadora por todas as consequências resultantes de qualquer tomada de posição que os trabalhadores muito justamente venham a assumir" e exigem do Ministério do Trabalho "a aceleração das negociações, advertindo as entidades patronais dos prejuízos que poderão causar".

● **"Manobras comprometedoras do MT"** — Reunidos em plenário, os trabalhadores gráficos deram um voto de confiança à Comissão Negociadora Sindical e repudiaram a forma como o Ministério do Trabalho tem procedido na negociação do CCT. A CNS é louvada "pela forma como tem sabido conduzir o processo e pela coragem de não se ter deixado arrastar pelas manobras comprometedoras do MT".

● **Pela aplicação do CCT** — Num comunicado, o Sindicato dos Químicos do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes apela aos trabalhadores da Plastigul para que se mantenham unidos na luta pela aplicação do CCT", para que lhes seja pago aquilo a que têm direito e para que seja readmitido um delegado sindical suspenso.

NOVO FORTALECIMENTO DA UNIDADE NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Os resultados das últimas eleições sindicais demonstraram novamente, com rigor e força indomáveis, que a unidade dos trabalhadores, construída na acção e no trabalho concreto, é suficiente para vencer, em todas as circunstâncias, todos os divisionismos, por mais demagógicos que se apresentem, e todas as tentativas para fazer do partidismo a mola real da divisão dos trabalhadores a nível sindical.

Os pormenores das votações no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, do Sindicato dos Ferroviários da Zona Sul, do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Vila do Castelo, e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes dos Distritos de Setúbal e Santarém já foram amplamente divulgados pelos órgãos de comunicação. Convém, no entanto, realçar que o acto eleitoral do Comércio de Lisboa foi o mais concorrido de sempre e que a lista da unidade venceu em seis das oito empresas da cidade com mais de 200 trabalhadores. Nos

outros Sindicatos, foi também assinalável a participação dos trabalhadores, não apenas na votação, mas ainda na campanha de esclarecimento acerca dos programas. A lista C, vencedora no Comércio de Lisboa, distribuiu milhares de documentos, efectuou perto de 60 sessões de esclarecimento, enquanto, em várias empresas, se constituíram mais de 200 comissões de apoio.

Conforme as possibilidades e os meios de cada organização, assim se fez nas outras associações sindicais que elegeram ultimamente listas de unidade para os seus corpos gerentes.

As consignas de ordem geral são comuns e entre elas sobressaem o apoio à Central única, a CGTP-Intersindical Nacional, e a defesa dos princípios que orientam o Movimento Sindical português: a unidade, a democracia, a liberdade e a independência sindicais, consagradas na Constituição e nos documentos aprovados pelos legítimos representantes dos trabalhadores sindicalizados no Congresso de Todos os Sindicatos.

Trabalhadores do Comércio

EM VILA FRANCA NÃO HAVERÁ ALTERAÇÕES DE HORÁRIOS

A defesa das regalias conquistadas pelos trabalhadores do comércio teve expressão firme na recente decisão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

que, ao contrário do que sucedeu em Lisboa com a abstenção dos elementos da FEPU, não alterará os horários dos estabelecimentos comerciais do concelho.

Idêntica posição de apoio às disposições contratuais livremente aceites tomou, por seu turno, a CGTP-Intersindical Nacional que, num comunicado, considera "uma prepotência das autoridades" a "alteração e o alargamento dos horários dos trabalhadores do comércio" por via administrativa.

A decisão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi tomada na presença e com o apoio da Associação dos Comerciantes dos concelhos de Vila Franca e Arruda dos Vinhos e de representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa que, num comunicado, saúda aquela decisão que, com o apoio das Juntas de Freguesia e de todos

os vereadores, defende a semana inglesa e os actuais horários do comércio.

Pelo seu lado, a CGTP-Intersindical Nacional considera ainda que as modificações introduzidas naqueles horários, além de contrariarem os interesses dos trabalhadores, se inserem "numa política defensora dos interesses de grandes empresas estrangeiras detentoras dos modernos centros comerciais" e de cadeias de supermercados, e que leva à liquidação dos pequenos e médios comerciantes, sem poder financeiro para com elas concorrerem, conduzindo ao desemprego milhares de trabalhadores".

NEGOCIAÇÕES GOVERNO-ITT

A Intercomissões dos Trabalhadores do Grupo ITT, juntamente com os Sindicatos mais representativos das empresas dependentes da multinacional americana e as Unões dos Sindicatos de Lisboa e Aveiro, reuniram-se recentemente em Coimbra e, após uma análise exaustiva da situação nas 6 empresas do Grupo, apresentaram uma série de conclusões onde avulta a apreensão dos trabalhadores pela forma como estão a decorrer as negociações entre o Governo e a ITT. Segundo o comunicado saído da reunião, essas negociações, que excluem a participação dos trabalhadores, apresentam "um carácter que aponta para a recuperação capitalista, pondo em causa a recuperação económica e a independência nacional".

Referindo-se a algumas datas importantes na vida dessas empresas, após o 25 de Abril, o comunicado, depois de assinalar que, em 22 de Agosto de 1975, em memorando enviado ao Governo, a ITT comunicou que retirava o seu apoio financeiro e administrativo às empresas do Grupo, acrescenta que "esta actuação teve por fim agudizar ainda mais a já difícil estabilidade económica nas empresas, que teve como caso extremo a RABOR, onde não foram

pagos os salários de Setembro e Outubro de 1975. «Em 19 de Novembro de 1975 — prossegue o comunicado — deu-se a intervenção do Estado na RABOR, solicitada pelos trabalhadores. As restantes empresas (Oliva Indústrias, Oliva Comercial, Standard Eléctrica, Sheraton Hotel e Imprimarte) continuaram sem alteração do seu estatuto e sob a dependência da ITT. «Actualmente, verifica-se uma situação em que a RABOR, empresa intervencionada, se encontra recuperada economicamente, o que contrasta com a situação nas restantes empresas onde a instabilidade continua, com particular realce na Oliva Indústrias e Standard Eléctrica, onde a crise, a aprofundar-se, ameaçará centenas de postos de trabalho».

Assim, as associações sindicais e as Unões de Sindicatos presentes naquela reunião apoiam as posições assumidas pela Intercomissões dos Trabalhadores e solidarizam-se com as propostas por ela apresentadas ao Governo, nomeadamente, a proposta de diálogo e a sua participação nas negociações, pois só com os trabalhadores e não contra eles podem ser encontradas soluções para a saída da crise que o País atravessa».

TRABALHADORES MINEIROS APELAM À UNIDADE CONTRA A EXPLORAÇÃO

Vai ser negociado um Contrato Colectivo de Trabalho para os trabalhadores das Minas da Panasqueira. Num comunicado sob o título "Contra a injustiça e a exploração", a célula do PCP naquele local de trabalho, acusa, entretanto, a administração da empresa de ter decidido aumentar o pessoal superior em importâncias mensais que vão de 1000 a 8700 escudos, enquanto operários e empregados ou não eram aumentados, ou recebiam entre 800 e 900 escudos de aumento.

"Esta é a justiça que os capitalistas, sejam eles estrangeiros ou portugueses, têm para oferecer ao povo trabalhador: grandes aumentos para quem mais ganha e aumentos de fome para quem menos ganha e mais trabalha. Esta situação só é possível — acrescentam os nossos camaradas mineiros — porque nós, trabalhadores das minas, explorados e oprimidos de pais para filhos, o temos consentido. Temo-lo consentido porque, muitas vezes, deixamos que os patrões e os seus lacaios nos dividam. Temo-lo consentido porque não fomos ainda capazes de, com o nosso apoio activo, dar força ao Sindicato e constituir uma Comissão de Trabalhadores por forma a podermos combater organizadamente todas as formas de exploração e injustiça».

Perante a necessidade de reforçar a unidade e a organização dos trabalhadores mineiros, a Célula do PCP nas Minas da Panasqueira apela à firmeza de todos os companheiros de trabalho preparando-se para lutar pelo novo CCT, na defesa dos interesses e direitos do povo trabalhador do Couto Mineiro.

Álvaro Cunhal

A QUESTÃO DO ESTADO QUESTÃO CENTRAL DE CADA REVOLUÇÃO

À VENDA

Collecção: Documentos para a história do Partido Comunista Português. Publicar a DCC - Departamento de Venda Directa - R. Pedro Nunes, 9 A - Lisboa 1

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LLENINISMO

edições Avante!

Uma colecção de pequenas obras de divulgação, de genuína introdução ao conhecimento elementar do Marxismo-Leninismo, o mesmo é dizer do socialismo e comunismo científico.

VOLUMES PUBLICADOS

CÓDIGOS

21.01	- O Socialismo e o Comunismo Científico	50\$00
21.02	- Os Vias de Passagem ao Socialismo	15\$00
21.03	- O que é o Comunismo? - Perguntas e Respostas	20\$00
21.04	- A Democracia Popular, uma Nova Forma de Estado Socialista	15\$00
21.05	- Introdução ao Marxismo	20\$00
21.06	- Lênine e os Camponeses	25\$00
21.07	- Ruidimentos do Materialismo Histórico	25\$00
21.08	- Os Primeiros Passos do Poder Soviético	20\$00
21.09	- Os Sindicatos Soviéticos	20\$00
21.10	- Karl Marx - Pequena Biografia	25\$00
21.11	- Lênine: Sobre o Estado e a Democracia	20\$00
21.12	- As Cooperativas de Produção na Edificação do Socialismo na URSS	20\$00
21.13	- A Política Económica dos Sovietes nos Primeiros Anos da Revolução	30\$00
21.14	- V.I. Lênine - Pequena Biografia	50\$00
21.15	- G. Dimitroff - Páginas de uma Vida Heróica	25\$00
21.16	- O Aprofundamento da Crise Geral do Capitalismo	25\$00
21.17	- A Questão Fundamental da Filosofia	25\$00

Conversações com o Governo

SALÁRIOS E CUSTO DE VIDA NA AGENDA DO MOVIMENTO SINDICAL

No terceiro de uma série de encontros com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, o Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional, representado por uma delegação, debateu a necessidade de rever urgentemente o Decreto 49-A que, segundo um dos delegados às conversações, «está a dificultar a contratação colectiva, não só pelo facto de os aumentos salariais não poderem exceder 15 por cento, mas também porque a legislação dificulta as negociações entre as associações patronais e os Sindicatos».

No final da última reunião, a que o dr. Mário Soares não pôde estar presente, sendo o Governo representado pelo ministro do Plano e da Coordenação Económica e pelo ministro e secretário de Estado do Trabalho, um porta-voz da CGTP-IN afirmou ter havido consenso governamental perante a necessidade de rever aquele

Decreto-Lei «para obstar às tensões sociais que se têm vindo a verificar».

Todavia, não houve ainda da parte do Executivo qualquer proposta concreta sobre os problemas levantados pelos representantes do Movimento Sindical. Apesar da abertura ao diálogo, que foi considerado positivo, a CGTP-IN considera que permanecem válidas as razões de luta. Por isso se mantêm as manifestações previstas para o dia 22, embora o Conselho Nacional da Confederação, que marcou as jornadas de luta, possa vir a ponderar a questão perante a actuação concreta do Governo.

«A nossa posição – acrescentaria o delegado da CGTP-IN – é no sentido de serem tomadas medidas legislativas com vista a obstar ao boicote às negociações por parte do patronato. Pretendemos também maior celeridade das comissões técnicas. Queremos que o prazo das tabelas salariais passe a ser de um ano e abordamos a necessidade de o Governo alterar os 15 por cento, por não corresponderem ao aumento do custo de vida que nos últimos tempos se tem verificado no nosso País».

Na reunião, que se prolongou por mais de duas horas, ficaram previstos novos encontros, o primeiro dos quais se deve realizar amanhã. Novas questões serão levantadas pelos representantes do Movimento Sindical. Entre as que mais afectam os trabalhadores incluem-se as que se referem à Reforma Agrária e ao trabalho rural.

Sindicatos açorianos protestam

NAS LAJES NÃO SE CUMPRE A LEI PORTUGUESA

Os trabalhadores da Base das Lajes são portugueses e estão em Portugal, lembra uma moção aprovada por unanimidade naquele estabelecimento militar dos Açores, ocupado pela aviação norte-americana, onde os direitos constitucionais, a Lei Sindical e outra legislação laboral portuguesa não são aplicados pelas autoridades dependentes da nova administração dos EUA, que «tem afirmado defender os direitos humanos» – assinalam, por sua vez, quatro sindicatos do distrito de Angra do Heroísmo, acrescentando, num comunicado, «que os trabalhadores da Base não têm um órgão independente que julgue os conflitos e decida, pois o comando americano decide e pune sozinho, sem prestar contas a ninguém».

contra esta situação e denunciando a «hipocrisia» do governo de Washington ao «defender» aquilo a que chama «direitos humanos», os quatro sindicatos açorianos (Escritório e Comércio, Alimentação, Indústrias Transformadoras e Transportes, Turismo e Outros Serviços) perguntam aos governantes dos EUA se sabem que na Base das Lajes não é respeitado o direito de associação sindical, «se desconhecem, afastam e hostilizam os sindicatos e os seus dirigentes e delegados, se não permitem reuniões no local de trabalho, se impedem a livre expressão».

Por outro lado – afirmam ainda os sindicatos – que os norte-americanos «se não esqueçam dos milhares de contos que, ao longo dos

anos, pouparam, pagando vencimentos muito aquém das posses da entidade patronal, do lucro da entidade patronal, do lucro da desvalorização do escudo, do não cumprimento da lei portuguesa».

Os trabalhadores das Lajes e os sindicatos, depois de afirmarem que os governos central e regional «nenhuma atenção têm prestado a este problema», reivindicam o cumprimento da Constituição, o respeito pelas conquistas dos trabalhadores portugueses, o pagamento de dituntidades iguais às dos organismos oficiais, aumento imediato de 15 por cento, aplicação do Decreto-Lei 874/76, no que respeita a férias, liquidação de um «bonus» prometido anteriormente, e a aplicação do Decreto-Lei 215-B/75, Lei Sindical em vigor.

Relações com Israel

CGTP-IN SOLIDÁRIA COM OS TRABALHADORES ÁRABES

A CGTP-Intersindical Nacional, que «desde longa data tem conduzido uma política de clara e fraterna amizade com as organizações sindicais árabes e internacionais», assinala num comunicado que o Governo do PS, ao decidir elevar as relações de Portugal com Israel para o nível de embaixadas, não teve em conta «a situação internacional, nem tão-pouco os esforços que vêm sendo feitos no sentido de resolver o problema do Médio Oriente».

Depois de lembrar que a nova orientação da diplomacia portuguesa, após o 25 de Abril, corrigiu os efeitos da política fascista, expressa na utilização do território português para actos de agressão aos países árabes», a CGTP-IN acrescenta:

«A atitude tomada recentemente pelo Governo português evidencia, por um lado, mais uma cedência às pressões imperialistas e, por outro, o modo pouco realista como é conduzida a política externa de Portugal».

Perante essa atitude, a Central única, através do seu Departamento de Informação,

reafirma que a decisão do Executivo não acautelou os interesses do nosso País, «nem foram tidas em conta as decisões e recomendações das Nações Unidas sobre Israel».

A concluir, «a CGTP-IN manifesta, mais uma vez, a sua solidariedade aos trabalhadores e organizações sindicais árabes e reafirma o seu apoio e solidariedade, em particular, aos trabalhadores árabes da Palestina e ao seu direito inalienável de recuperar o território que lhes pertence».

TRABALHADORES DO COMÉRCIO DEFENDEM «SEMANA INGLESA»

Milhares de trabalhadores do Comércio, reunidos no Pavilhão do Académico, na passada terça-feira, decidiram por unanimidade convocar uma manifestação para as 19 e 30 horas de hoje, que partirá das imediações da sede do respectivo sindicato, em direcção à Câmara Municipal do Porto, onde será entregue uma moção, aprovada também por unanimidade, exigindo das edificações do distrito a consagração em editais do regime de «semana inglesa».

Face à tentativa dos grandes comerciantes de por em causa o regime de horários actualmente vigente e arduamente conquistado pelos trabalhadores do sector, tem-se desenvolvido uma ampla movimentação dos trabalhadores do comércio que, além de reforçarem a sua unidade e determinação, granjeou o apoio e solidariedade dos trabalhadores de outros sectores relativamente à justa luta em defesa de uma das mais importantes conquistas alcançadas pelos trabalhadores do Comércio de Lisboa, antes do 25 de Abril, e pelos do Porto e restantes cidades do país depois da Revolução.

Por várias vezes, os milhares de trabalhadores presentes no plenário sublinharam com vibrantes aplausos as numerosas moções de telegramas que lhes eram dirigidos testemunhando a solidariedade e apoio, subscritas por grupos de trabalhadores e organizações sindicais.

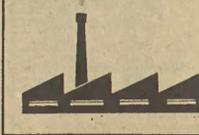
«Em frente, em defesa de semana inglesa», foi a palavra de ordem gritada em coro por milhares de pessoas após ter sido lida por um membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, uma mensagem de apoio ao prosseguimento da luta. Igualmente uma moção o Secretariado da CGTP-IN que foi saudada com entusiasmo pelos presentes.

O que está em causa, não é apenas uma conquista. Está igualmente a ser posta em causa uma decisão livremente aceite por representantes dos trabalhadores e do patronato, no decurso das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho.

O agravamento das suas condições de trabalho, contra a ruína de milhares de pequenos comerciantes que serão arrastados para a ruína com o conseqüente lançamento no desemprego de milhares de trabalhadores que laboram nas suas pequenas lojas.

Dá que também pequenos comerciantes, na sequência de outras tomadas de posição individuais e colectivas anteriormente tomadas, tenham posto a circular um abaixo-assinado para entregar à Câmara do Porto, exigindo que sejam ouvidos pelos editais «de forma autónoma em relação ao grande comércio, para a fixação dos horários a vigorar no concelho». Além disso condenam, por ser lesivo dos seus interesses, o já referido decreto governamental.

DIVULGA O Avante! NO TEU LOCAL DE TRABALHO



Apelo da CGTP-IN

QUE TODOS OS TRABALHADORES PARTICIPEM NA MANIFESTAÇÃO DO PRÓXIMO DIA 22 CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Os trabalhadores sentem que a vida está cada vez mais cara. Só nos primeiros quatro meses de 1977, os preços da alimentação e bebidas aumentaram, em relação aos preços médios de 1976, em mais de 36% assim, um produto que em 1976 custasse, em média, 100\$00, no fim de Abril de 1977 já custava 136\$00. E neste momento já deve ultrapassar os 140\$00.

Os trabalhadores sentem que os salários estão congelados ou sobem muito menos que os preços. Enquanto por um lado, se liberalizou o aumento dos preços, por outro lado, proibiu-se os aumentos, superiores a 15% nos salários.

Os trabalhadores vêem o seu nível de vida descer vertiginosamente. O aumento brutal dos preços, o congelamento ou a subida diminuta dos salários e a multiplicação dos impostos que atingem principalmente os trabalhadores (exs. imposto profissional, imposto de transacções), está a determinar uma diminuição vertiginosa do nível de vida das classes mais desfavorecidas da população. Os próprios representantes do Ministério do Trabalho no Conselho Nacional de Preços e Rendimentos confessaram que o aumento do poder de compra, obtido pelos trabalhadores nos dois primeiros anos da Revolução estará praticamente liquidado no fim de 1977, se a actual política de preços e salários do Governo continuar. E isto se os preços subirem apenas 30%.

Os trabalhadores vêem que os contratos nunca saem. Para além de todas as limitações e obstáculos impostos autoritariamente, os contratos colectivos de trabalho não saem devido também ao boicote feito pelo patronato perante a passividade do Ministério do Trabalho.

Assim, o contrato da Indústria Têxtil já está em negociação há 12 meses; o da Construção Civil há 24 meses; o da Indústria Metalúrgica há 22 meses; o das Madeiras há 19 meses, etc.

Ao mesmo tempo, procura-se retirar quer direitos obtidos pelos trabalhadores depois do 25 de Abril através das famigeradas leis imperativas contrárias à Constituição e às Convenções da OIT, quer direitos alcançados mesmo durante o fascismo. É o que está a acontecer precisamente com a semana inglesa dos trabalhadores do Comércio e com o sistema de Previdência dos bancários. Mesmo cláusulas de CCT acordadas livremente entre os representantes dos trabalhadores e do patronato estão a ser anuladas pelo Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores vêem que os despedimentos aumentam todos os dias. Dirigentes e delegados sindicais são atingidos diariamente pela repressão patronal perante a passividade do Ministério do Trabalho. Este Ministério autoriza ilegalmente despedimentos colectivos como aconteceu na multinacional MARRIOT. Por outro lado, são publicadas leis que visam facilitar o despedimento rápido dos trabalhadores.

Os trabalhadores sentem que o desemprego não diminuiu. O direito ao trabalho, reconhecido pela Constituição, já não é assegurado a mais de meio milhão de trabalhadores. Quando da discussão do «Plano para 1977», em Novembro de 1976, o Governo dizia que iria criar este ano mais de 100 000 postos de trabalho. Agora, já fala apenas em 25 000.

Os trabalhadores vêem que na zona da Reforma Agrária são entregues aos latifundiários boas terras semeadas pelos trabalhadores, enquanto o Ministério da Agricultura prepara uma lei que, se for aprovada, determinará a liquidação de uma das principais conquistas da Revolução e, conseqüentemente, o aumento do desemprego e a diminuição da produção.

Ao mesmo tempo, aquele ministro, cedendo às pressões da CAP, prepara-se também para alterar a lei do arrendamento rural o que determinará que milhares e milhares de pequenos rendeiros sejam colocados de novo, tal como aconteceu durante o fascismo, nas mãos dos senhorios, os quais procurarão aumentar a exploração a que os têm sempre sujeito.

Os trabalhadores vêem as empresas intervencionadas serem entregues a sabotadores. Empresas que foram mantidas em funcionamento ou recuperadas através do sacrifício dos trabalhadores ou de fundos públicos são entregues a autênticos sabotadores. Por exemplo, é o que já aconteceu na MONDOREL, GUERIN, etc. E também o que o Ministério da Indústria se prepara para fazer na MAIOMBE, entregando-a ao famigerado capitalista Galvão de Melo que defraudou a empresa e que atacou os trabalhadores de metalhadora em punho.

Os trabalhadores vêem aumentar a repressão. As forças militarizadas são lançadas contra os trabalhadores, como aconteceu na empresa MARRIOT, etc., e como está a suceder em toda a zona da Reforma Agrária. Enquanto

isto acontece, as arbitrariedades e ilegalidades cometidas pelo patronato ficam impunes (Exs. Têxtil Manuel Gonçalves, Mondorel).

Os trabalhadores vêem que se prepara a entrega de milhões de contos de indemnização aos agrários e aos grandes capitalistas. Está em discussão na Assembleia da República um projecto de lei que, se for aprovado, determinará o pagamento de mais de 250 milhões de contos de indemnizações, principalmente aos grandes agrários e aos grandes capitalistas; portanto, o necessário para construir meio milhão de apartamentos, número esse que seria suficiente para alojar todos os portugueses que se encontram a viver em barracas, partes de casa, e em alojamentos superlotados.

Quem ganha com tudo isto?

- Ganham os capitalistas, os grandes intermediários parasitas que vêem os seus lucros aumentar fabulosamente devido à subida vertiginosa dos preços e ao congelamento dos salários.
- Ganham os agrários que estão a receber as melhores terras na zona da Reforma Agrária.
- Ganham os latifundiários e os capitalistas que receberão chorudas indemnizações.
- Ganham os sabotadores que estão a receber as empresas intervencionadas mantidas com tantos sacrifícios pelos trabalhadores.
- Ganham todas as forças reaccionárias que assim põem em causa as conquistas da Revolução e a construção de uma sociedade mais justa.

Quem perde com isto?

- Perdem os trabalhadores, as donas de casa, os reformados, que vêem diminuído vertiginosamente o seu nível de vida.
- Perdem os trabalhadores que são despedidos diariamente, indo assim engrassar o exército dos desempregados.
- Perdem os pequenos comerciantes, os pequenos industriais e os camponeses que são explorados ferozmente pelos grandes intermediários e pelos grandes capitalistas.
- Perde todo o País que vê aumentar a miséria, diminuir as possibilidades de construir uma sociedade mais justa, e aumentar a dependência ao estrangeiro.

Mais uma vez o Movimento Sindical reafirma que o prosseguimento desta política por parte do Governo, é contrária aos interesses dos trabalhadores e do País, põe em causa as conquistas da nossa Revolução, as liberdades e a democracia, e compromete cada vez mais a recuperação da nossa economia. Reafirmamos a nossa disposição em dialogar responsabilmente com o Governo. Mas deverá ser um diálogo que vise seriamente encontrar soluções que sirvam os interesses dos trabalhadores e do País.

Só através da luta e da unidade é possível alterar esta política de acordo com os interesses dos trabalhadores e fazer recuar as forças reaccionárias.

Só a unidade e a luta dos trabalhadores é que poderão impedir a continuação desta política antipopular do Governo e vencer a presente acção das forças reaccionárias. No cumprimento da decisão do Conselho Geral do 24 de Maio, a CGTP-IN convoca, para o próximo dia 22 de Junho grandes manifestações de rua seguidas de concentrações, nas principais localidades do País.

Apelamos para todos os trabalhadores, para as suas organizações de classe, a manifestarem publicamente, nesse dia, o seu descontentamento participando massivamente nas manifestações marcadas.

Que nenhum trabalhador, que nenhuma das suas organizações de classe deixe de participar. Pela revogação do decreto dos 15%! Pela revogação das leis imperativas! Contra o congelamento à contratação! Contra o aumento do custo de vida! Contra o desemprego e os despedimentos! Pela Reforma Agrária! Pela defesa da Nacionalização! Contra a entrega das empresas intervencionadas ao patronato!

Lisboa, 3 de Junho 1977

O Secretariado da CGTP-IN

CADERNOS DA REFORMA AGRÁRIA



A CGTP-Intersindical Nacional iniciou a publicação de uma série de 10 Cadernos sobre a Reforma Agrária, cuja reprodução e divulgação caberá às associações sindicais. O primeiro número, já distribuído, trata da «Herança do passado fascista». Os restantes versarão sobre: «A acção organizada dos trabalhadores»; «Expropriações e formação das UCPs»; «Crédito e financiamentos»; «A Lei do Arrendamento Rural»; «Devolução dos Baldios»; «Extinção dos foros e do regime de colónia»; «Movimento de solidariedade»; «Ataques à Reforma Agrária»; «Legislação». Os Cadernos são elaborados pelo Departamento Agrícola da CGTP-IN e resultam da colaboração dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos agricultores e dos técnicos que têm participado na defesa da Reforma Agrária.

editorial Avante!

VISITE O NOSSO STAND

FEIRA POPULAR DE LISBOA

à venda

UM GRANDE ÊXITO LITERÁRIO POPULAR

OS MEUS 7 FILHOS

Preço 80\$00

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1

Queiram enviar-me o livro «Os Meus Sete Filhos».

Para o respectivo pagamento envio a importância de Esc.\$00 em cheque / vale de correio n.º sobre Banco / Estação de Correio.

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

Editada em mais de 15 países Uma obra considerada uma das mais elevadas expressões literárias da RESISTÊNCIA ITALIANA

edições Avante! a distribuição

A VENDA NAS LIVRARIAS

RENDEIROS E OPERÁRIOS AGRÍCOLAS REPUDIAM A «LEI BARRETO»

O repúdio da "lei Barreto" e a defesa e aplicação da Lei do Arrendamento Rural continuam a mobilizar as organizações dos pequenos e médios agricultores de todo o país, cada vez mais conscientes do perigo que os ameaça se o projecto do MAP for aprovado.

Com efeito, de Tortosendo a Sobral de Monte Agraço, passando por Castelo Branco, milhares de pequenos e médios agricultores manifestaram no passado fim-de-semana a sua firme vontade de prosseguir na luta pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, denunciando publicamente o desprezo que o MAP vota a mais de 300 mil trabalhadores da terra e o crime que o Governo se prepara para cometer contra a agricultura e a economia nacionais, na ânsia de proteger e defender os interesses dos agrários saboteadores e reacçãoários. A propósito, foi aprovada uma moção em Castelo Branco, no encontro promovido pelo MARN, que condena a política global do Ministério da Agricultura e Pescas e onde se sublinha que os camponeses da Beira Baixa rejeitam firmemente o projecto de lei que o Governo se prepara para apresentar à Assembleia da República porque, a ser aplicado, seria tirar-nos a nossa Lei e destruir a Reforma Agrária.

Também o milhar de pequenos e médios agricultores presentes em Monte Agraço aprovaram uma moção exigindo a aplicação total e imediata da actual Lei do Arrendamento Rural, repudiando ao mesmo tempo qualquer tentativa de revogação da mesma.

Recordando que se a proposta de lei do sr. Barreto for aprovada cessará a obrigatoriedade de reduzir a escrito os contratos de arrendamento de parcelas com menos de dois hectares, o que coloca os rendeiros na dependência total das arbitrariedades dos senhorios; que se permitirá dividir ainda mais a terra; que serão alteradas, a favor dos senhorios, as tabelas de arrendamento; que se fará sobreviver a parceria, os pequenos e médios agricultores interrogam-se: *A quem servirá tal lei? Ao serviço de quem está o MAP? Quem pretende defender?*

Não certamente os camponeses. O que esta proposta de lei anuncia é o desemprego e a fome; é a exploração e a miséria.

A "lei Barreto" não pode ser aprovada. Pequeno e médio agricultor, rendeiro, junta a tua voz à dos milhares de camponeses que se erguem no mais vivo repúdio contra ela. Faz chegar a tua vontade à Assembleia da República para que tal crime não possa ter a desculpa de uma legalidade duvidosa aprovada pelas forças de direita.

EM ÉVORA

Em recente reunião realizada em Évora, os Secretariats das UCP's e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Évora, Portalegre, Beja, Santarém, das Uniãos das Cooperativas do distrito de Setúbal, das Uniãos dos Sindicatos daqueles distritos, dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, Portalegre, Beja, Setúbal, Lisboa e da CGTP/Intersindical, analisaram o conteúdo do projecto do diploma "Bases Gerais da Reforma Agrária", também conhecido por "Lei Barreto".

Da análise do citado documento resultou de imediato o seu carácter profundamente reacçãoário, antipopular, antiopeário e anticamponês, dentro da linha de recuperação latifundiária e capitalista, prática corrente da criminoso política do MAP levada a cabo pelo ministro Barreto e secretário Portas.

No comunicado conjunto aprovado no final da reunião, as referidas organizações de trabalhadores consideraram que, a ser posta em prática, aquela lei levaria à destruição da Reforma Agrária, uma das grandes conquistas dos trabalhadores portugueses, tendo sido por isso estudadas as formas de luta a desenvolver quando da sua apresentação à Assembleia da República.

Assim, foi decidido: — Efectuar uma paralisação no sector da Reforma Agrária, como forma de protesto contra a "lei Barreto", que visa destruir aquela conquista,

na altura em que tal lei for discutida na Assembleia da República. A paralisação será lançada a partir das 15 horas e acompanhada de concentrações e manifestações;

— Apelar para a solidariedade dos outros sectores, no dia da paralisação, podendo essa solidariedade manifestar-se através de moções, abaixo-assinados, paralisações, etc. Os resultados destas acções deverão ser comunicados às Uniãos de Sindicatos respectivos;

— O abaixo-assinado em defesa da Reforma Agrária dirigido aos órgãos do poder (Presidente da República, Conselho da Revolução), que conta já com muitos milhares de assinaturas, será entregue na Assembleia da República no próximo dia 20;

— Realizar-se-à uma Conferência de Imprensa aquando da entrega do referido abaixo-assinado, onde se esclarecerá o Povo português do verdadeiro crime que o MAP está a cometer na zona da Reforma Agrária.

Durante o encontro decidiu-se ainda exigir ao Governo o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária, nomeadamente as intervenções repressivas das forças militarizadas; a devolução das terras e máquinas roubadas às UCP's e Cooperativas e que, neste momento, estão abandonadas; a devolução dos gados roubados aos mesmos organismos e que estão a ser mandados abater pelos agrários; a ulatimação das expropriações; o cumprimento da Lei da Reforma Agrária (decreto-lei 406-A/75); o fim dos cortes de crédito às UCP's, Cooperativas e pequenos e médios agricultores e o rápido estabelecimento de linhas de crédito adegua das e desburocratizadas — a curto, médio e longo prazo; a anulação imediata da "lei Barreto".

No final da reunião foi ainda aprovada uma saudação de solidariedade aos trabalhadores que defendem as nacionalizações e o controlo operário, bem como aos camponeses de todo o país que vêm os seus direitos ameaçados, nomeadamente com a sabotagem efectuada pelo MAP à aplicação da Lei do Arrendamento Rural.



Plenário em Sobral de Monte Agraço

AGRICULTORES LUTAM PELA APLICAÇÃO DA LEI

Cerca de mil pequenos e médios agricultores, reunidos em Sobral de Monte Agraço, no último dia 12, num encontro distrital em defesa da Lei do Arrendamento Rural, exortaram «os deputados da Assembleia da República a defenderem a Constituição e os interesses dos que trabalham a terra» e condenaram o MAP «pela sua política abertamente contrária aos interesses dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas».

Essa política, «em muitos casos mesmo criminoso, ao serviço da CAP, dos grandes agrários e senhorios» foi condenada num documento aprovado por unanimidade e aclamação. Nela se considera que os projectos de decreto-lei «da autoria do MAP e do PPD/PSD foram feitos sem a participação dos pequenos e médios agricultores e das suas organizações de classe», ignorando a Constituição e contendo «claros e inadmissíveis recuos em relação à lei existente», pois deixam, nomeadamente, sem protecção «todos os agricultores rendeiros que cultivam menos de dois hectares».

Muito participada, apesar do mau tempo, com pessoas que ficaram fora da sala completamente cheia, a reunião promovida pelo Secretariado Distrital teve a animação de um período de debate e esclarecimento extremamente vivo, bem como um número assinalável de documentos e saudações, designadamente da Comissão de Reformados de Torres Vedras, do Sindicato dos

Operários Agrícolas do Distrito de Lisboa, dos operários da Cutelaria Joaquim Marcelino do Sobral, da Comissão de Moradores de Fetais, da Comissão de Terceiros de Aveiras de Cima, presentes em força no encontro.

«A Lei do Arrendamento Rural em vigor — foi afirmado numa das intervenções — é uma conquista resultante de muitas e duras lutas que milhares de pequenos e médios agricultores-rendeiros levaram a cabo para defesa dos seus interesses e contra a violenta exploração e injustiças que os senhorios ricos lhes impunham. Na Lei estão escritos os princípios fundamentais que defendem os justos interesses dos rendeiros e pelos quais devemos lutar com o objectivo de não serem alterados».

Caracterizando as vantagens da Lei, o mesmo trabalhador acrescentaria que, segundo ela «é obrigatório o contrato escrito, o que permite a cada uma das partes conhecer claramente a situação e obrigação de cumprir o que ficou escrito no contrato; garante a transmissão do contrato de arrendamento por morte do

rendeiro chefe de família, à mulher e descendentes até ao 4.º grau de parentesco; a renda é fixa e paga em dinheiro, podendo o rendeiro cultivador directo pagar em géneros se quiser».

Noutra intervenção, ficaria bem patente que «a Lei do Arrendamento Rural, para nós, pequenos e médios agricultores é o principal, pois de que vale lutar contra o crédito agrícola mais caro, contra os adubos, pesticidas, rações, gasóleo, etc... cada vez mais caros, se ficarmos sem a terra, ou sem uma lei que nos proteja, ou com rendas que não poderemos pagar?»

Por último, o Secretariado Distrital apelou aos pequenos e médios agricultores para que participem nas manifestações do dia 22 e se deslocem à Assembleia da República, no dia em que os projectos «PPD/Barreto» forem discutidos, para verificarem o que fazem aqueles que ainda há pouco lhes pediram o voto prometendo que os defenderiam.

O debate foi encerrado num ambiente de grande determinação, ouvindo-se muitos «abaixo a CAP» e a parelha reacçãoária Barreto-Portas.

Em Alpiarça

JORNADA DE LUTA UNITÁRIA CONTRA A OFENSIVA DOS AGRÁRIOS

Numa primeira resposta à ofensiva reacçãoária dos agrários de Alpiarça quase toda a população se solidarizou com a luta dos trabalhadores agrícolas, paralisando conjuntamente, no passado dia 7, entre as 11 e as 11 e 30 da manhã. Na sua quase totalidade os comerciantes e industriais daquela vila aderiram à luta dos trabalhadores agrícolas.

Durante este período realizaram-se algumas dezenas de plenários nos quais foram aprovadas moções de solidariedade para com os trabalhadores despedidos, bem como contra a ofensiva reacçãoária e contra o projecto da lei Barreto.

Esta jornada de luta caracterizou-se por uma grande unidade e mobilização dos trabalhadores, constituindo ao mesmo tempo

um aviso sério para os grandes agrários pela resposta firme e pronta dos trabalhadores. A luta continuará até estarem satisfeitos pelo menos as principais e mais imediatas reivindicações dos trabalhadores nomeadamente a readmissão dos trabalhadores despedidos e o pagamento dos respectivos salários.

Com base nas moções aprovadas foi elaborado um documento que foi entregue em Santarém no CRRA, no Governo Civil e na delegação distrital do Ministério do Trabalho e em Alpiarça nas administrações das Casas Canavarro, Barreira, Lagoalva de Cima e Hermínio Paciência. De todas as moções e documento final foram enviadas cópias para a Presidência da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Primeiro-Ministro.

CONFRATERNIZAÇÃO DO MARN EM VISEU

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) abriu uma delegação em S. João da Madeira, na Escola da Quinta (em frente ao antigo hospital). Esta delegação, que se destina a apoiar todos os rendeiros daquela região, está aberta aos sábados de manhã, das 9 às 13 horas e aos domingos, das 9 às 12 horas.

Entretanto, a par de outras iniciativas, o MARN vai realizar no próximo dia 3 de julho, em Viseu, uma reunião de confraternização, durante todo o dia.

No Fontelo, em Viseu, haverá nesse dia ranchos, bandas de música, bombos, foguetes e discursos de diversos rendeiros. O tema será a lei do arrendamento rural que veio consagrar aos rendeiros importantes direitos que os libertam da vontade arbitrária dos senhorios e permite fazer encarar o futuro com mais segurança.

A prova disso é que os contratos de arrendamento por escrito já se contam aos milhares: em Castelo Branco,

3 700; em Viseu, 3 600; na Guarda, 2 300; em Aveiro, 1 200. Por outro lado, milhares de rendeiros pagam as rendas de acordo com a Tabela de Rendias Máximas e existem já Comissões Arbitrais onde muitos rendeiros têm visto os seus direitos respeitados.

O MARN nasceu do esforço de alguns mas hoje a participação de todos é cada vez mais importante para que a lei do arrendamento rural seja respeitada.

O PROJECTO BARRETO-PORTAS É ANTICONSTITUCIONAL

No Plenário de Sobral de Monte Agraço foi apresentada uma comunicação que denuncia sistematicamente o carácter anticonstitucional dos projectos de lei Barreto-Portas e do PPD para rever (e destruir) a Lei do Arrendamento Rural.

Assim e concretamente:

Artigo 96.º — b) Aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do País, bem como o incremento da exportação.

Os projectos Barreto-Portas e PPD contrariam estes preceitos porque:

- relativamente à legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 201/75) no que diz respeito aos prazos do contrato de arrendamento, prevê que ao fim de 6 anos, para o cultivador directo e 9 anos para os outros casos, o senhorio possa pedir o fim do contrato, indo contra os interesses dos rendeiros;
- altera a área abaixo da qual não é obrigatório o contrato por escrito (2 hectares);
- prevê a alteração da renda quando haja alteração da produtividade, mesmo que esta seja da responsabilidade exclusiva do rendeiro.

Artigo 96.º — c) Criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido em relações de troca com outros sectores.

Os projectos contrariam estes preceitos porque:

- relativamente às leis em vigor feitas no que respeita ao pagamento da renda, prejudica os rendeiros dado que tinha-se atingido a igualdade com os outros sectores, em que tudo é fixado em dinheiro. Vem agora estipular-se que a renda será estabelecida em géneros;
- recua também no que respeita ao direito de denúncia por parte do senhorio (isto é, permitiria o despedimento do rendeiro em qualquer altura sem motivo e sem indemnização).

Artigo 84.º — 1. O Estado deve fomentar a criação e a actividade de cooperativas, designadamente de produção, de comercialização e de consumo.

Artigo 100.º — A realização dos objectivos da Reforma Agrária implica a constituição por parte dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, com o apoio do Estado, de cooperativas de produção, de compra, de venda, de transformação e de serviços e ainda de outras formas de exploração colectiva por trabalhadores.

Os projectos contrariam estes artigos porque:

— não mantêm o direito de preferência das cooperativas, que existe nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 201/75.

Artigo 101.º — 1. Os regimes de arrendamento e de outras formas de exploração da terra alheia serão regulados por lei de modo a garantir a estabilidade e os legítimos interesses do cultivador.

Os projectos contrariam este preceito porque:

- para os contratos menores que 2 hectares, cria condições para não aplicar as normas do arrendamento a esses casos o que diminui as condições de segurança e legítimos interesses dos rendeiros;
- recua nos prazos do contrato;
- recua na denúncia do contrato;
- prevê a revisão das rendas dos contratos feitos à luz da legislação existente na altura.

Artigo 101.º — 2. Serão extintos os regimes de aforamento e colonia e criadas condições aos cultivadores para a efectiva abolição do regime de parceria agrícola.

O projecto contraria este preceito porque:

- em vez de legislar sobre a criação de condições para efectiva abolição da parceria, repõe a sua legalidade.

O DIA DAS COMUNIDADES COMEMORADO COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A cidade da Guarda, escolhida para aí se desenvolverem as festividades do Dia das Comunidades, acolheu os representantes dos órgãos de soberania. Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, membros do Conselho da Revolução e membros do Governo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça deslocaram-se à cidade beirã, onde afluíram alguns milhares de pessoas.

Na Câmara Municipal, onde decorreu a sessão de boas-vindas, o Presidente do Município entregou ao general Ramalho Eanes as chaves da cidade e a medalha de ouro que fora decidido oferecer-lhe. Aí pronunciou o Presidente da República algumas palavras aludindo à importância das autarquias e aos emigrantes.

Emigrantes que viriam a ser um dos temas do discurso pronunciado pelo general Ramalho Eanes na sessão solene realizada no Liceu Nacional da Guarda.

Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e doutros distritos do interior — referiu o Presidente — sem apoios nem protecção. Verdadeiros exilados políticos sentiram na carne o desespero e a exploração, mas mantiveram os seus laços com Portugal e ajudam hoje os que ficaram ou os que voltaram para participar na reconstrução da Pátria.

Mais adiante, abordando ainda a questão da reconstrução da Pátria, o general afirmou:

Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do país.

No dia 11, o general Ramalho Eanes visitou uma exposição "A Emigração Vista pelas Crianças" — dois mil trabalhos realizados pelas crianças do distrito e uma outra em que pôde apreciar trabalhos fotográficos. Mais tarde seguiu-se a visita a duas exposições de pintura, inauguradas dois dias antes por Mário Soares.

O Presidente da República ofereceu entretanto um almoço à Comissão Organizadora e à subcomissão regional da Guarda, tendo participado representantes dos outros órgãos de soberania.

Nessa mesma noite, já depois da partida do Presidente, que se dirigiu a Coimbra onde assistiu ao encerramento das Beiradas, um espectáculo musical viria a ser prejudicado na Guarda, pelo mau tempo que dificultou a actuação dos artistas convidados para o efeito.

Antes, da parte da tarde, desenvolveram-se, no Pavilhão Gimnodesportivo do Inatel, um Torneio Regional de Lutas Amadoras e um festival de folclore em que participaram ranchos de Beira Alta, Beira Litoral, de Trás-os-Montes, Minho, Estremadura, Alentejo, Algarve, Ribatejo, Madeira e Açores e ainda do distrito da Guarda.

O PCP fez-se representar nas comemorações através de uma delegação composta pelos camaradas da Comissão Política do Comité Central, Blanqui Teixeira, pela Direcção do Partido, e Carlos Brito, pelo grupo parlamentar.

edições **Avante!**

COLLECÇÃO R. A. — REFORMA AGRÁRIA

A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

J. Flavien
A. Lajoinie

edições **Avante!**

A produção agrícola dos Países Socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa.

Como? Porquê?

COLLECÇÃO R. A. — REFORMA AGRÁRIA

Volumes já publicados

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA
Volumes I e III de Alvaro Cunhal

CDL
a distribuição

CDL DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Rua Pedro Nunes 9-A Lisboa-1

Desejo receber o Livro "A Agricultura nos Países Socialistas" Para o respectivo pagamento envio a importância de Esc. 500 em cheque, vale de correio e sobre Banco Estação de correio

Nome _____
Morada _____
Localidade _____

o jornal operário é a tribuna operária

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

FALAM OS NÚMEROS!

Durante a sua existência e desenvolvimento, o socialismo ultrapassou o capitalismo mundial não só no plano territorial e político, como também económico.

Se, antes da II Guerra Mundial, a parte do socialismo constituía 17% do território do planeta e cerca de 9% da sua população, em compensação, actualmente, os países socialistas ocupam cerca de 26% do território onde vive cerca dum terço de toda a população do mundo. Em 1937, a parte do socialismo na produção industrial mundial constituía menos de 10%, em 1950 ela era já de 20% e actualmente de cerca de 40%.

A produção industrial de todos os países socialistas constitui actualmente cerca de 70% do nível dos países capitalistas evoluídos.

Os ritmos de aumento da produção nos países do sistema socialista mundial ultrapassam incontestavelmente os dos países do capital. De 1951 a 1974, os ritmos médios anuais de aumento da produção industrial nos países socialistas foram de 10,1%, enquanto que os dos países capitalistas desenvolvidos foram de 5,5%. O volume total da produção industrial dos países socialistas aumentou, durante esse período, cerca de 10 vezes, e nos países capitalistas desenvolvidos de 3,4 vezes. Assim, ritmos de crescimento económico não só elevados, como também estáveis foram característicos da maioria dos países socialistas, o que se deve ao carácter planificado e proporcional da produção.

Os países capitalistas, pelo contrário, foram marcados por ritmos irregulares, pois os anos de desenvolvimento económico eram seguidos por crises de sobreprodução.

Sob o poder popular a República Popular da Mongólia passou de atrasado país feudal, com criação de gado nómada, a país agrário e industrial em pleno desenvolvimento. Só depois de 1960, o rendimento nacional aumentou aí 1,6 vezes. A produção agrícola global aumentou 1,2 vezes e a produção industrial 3,4 vezes. Graças ao rápido desenvolvimento, a parte da indústria na produção do rendimento nacional passou de 14% em 1960 para 24% actualmente.

Actualmente, a República de Cuba produz mais de 220 000 toneladas de aço, 5,8 bilhões de kw/h de energia eléctrica e cerca de 1,8 milhão de toneladas de cimento. Durante os anos 60, a produção de níquel aumentou 2,7 vezes em relação ao anterior decénio. As construções mecânicas e, sobretudo, a produção de máquinas agrícolas aumentam a ritmo rápido. A indústria fornece cerca de metade do produto nacional bruto. A República liberta-se gradualmente da monocultura económica (associada à produção do açúcar) legada pelo colonialismo.

Graças às transformações socio-económicas e políticas realizadas na República Popular da Polónia, este país tomou-se um Estado com uma desenvolvida indústria diversificada. Pela estrutura da sua economia nacional, a RPP é um país industrial-agrário. Hoje, a parte da indústria no rendimento nacional é superior a 50%.

Os ramos que condicionam o actual aspecto do país são: as construções mecânicas e a indústria química, que obtiveram uma enorme importância no desenvolvimento da indústria polaca. A produção da indústria química constitui 9,2%, e das construções mecânicas e da indústria mecânica (incluindo a indústria electrotécnica, electrónica e as construções de meios de transporte) 28,5% de toda a produção industrial do país. A potência das centrais eléctricas passou de 1 600 megawatts, em 1938, para 16 200 megawatts, a produção de carvão de 38 milhões para 150,7 milhões de toneladas e a do aço de 1,4 milhão para 13,5 milhões de toneladas.

Depois da instauração do poder popular, a República Socialista da Roménia empreendeu a realização da tarefa principal: assegurar o desenvolvimento acelerado da economia nacional por meio da industrialização socialista. De país agrário, a Roménia transformou-se num país industrial-agrário. Quase toda a produção industrial é fabricada pelas empresas socialistas. Cerca de dois terços dos bens necessários à economia nacional do país são produzidos pela economia romena.

O rendimento real por habitante aumenta de forma dinâmica nos países socialistas: cerca de 29% em 1971-1975, em relação ao anterior quinquénio. Só em 1975 ele aumentou por exemplo, 5,6% na Bulgária, 4% na Hungria, 6,5% na Roménia, 5% na RDA, 4,2% na URSS e 3,7% na RSC.

Durante o último quinquénio, os países do CAME construíram cerca de 15 milhões de habitações e casas individuais sendo 242 000 na RPB, 438 000 na RPH, 609 000 na RDA, 80 000 em Cuba, 9 000 na RPM, mais de 1,1 milhão na RPP, mais de 750 000 na RSR, 11,2 milhões na URSS, 615 000 na RSC.

Sessenta milhões de pessoas, ou seja, mais de 16% da população dos países da comunidade socialista foram morar para casas novas. Devemos lembrar que a renda de casa, na União Soviética por exemplo, custa 12 vezes menos por metro quadrado que nos EUA.

O plano de medidas de integração multilateral para 1976-1980, adoptado pela vigésima nona sessão do Conselho em 1975, marca o início duma nova etapa no aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação dos países do CAME. Esse plano prevê a construção conjunta de grandes empresas industriais com um custo total de cerca de 9 bilhões de rublos transferíveis, o desenvolvimento da especialização e da co-produção internacionais, principalmente no domínio das construções mecânicas e da indústria química, a solução conjunta dos problemas científico-técnicos chave.

Está em estudo o projecto principal do sistema electro-energético único dos países europeus interessados membros do CAME. O primeiro elo desse sistema será a linha de transmissão eléctrica de 750 kilovolts Vinnitsa (URSS) Albertina (Hungria) já em construção.

Continua a construção conjunta do maior gasoduto Orenburg-fronteira ocidental da URSS (2 750 km de extensão) que fará chegar todos os anos 15,5 bilhões de m³ de gás aos países europeus do CAME.

Está igualmente em construção a fábrica de pastas de Oust-Ilmsk, o complexo de enriquecimento de urânio de Kiembal, ampliam-se as fábricas de ligas ferrosas.

Durante este quinquénio, os fornecimentos de combustíveis e de reservas energéticas soviéticas aos países do CAME sofreram um aumento de 43% (em toneladas de combustível convencional), os fornecimentos de matérias-primas com percentagem de ferro aumentaram de 24% e as de pastas de 21% em relação ao nível alcançado em 1971-1975.

O desenvolvimento económico dos países socialistas é a prova clara da invencível superioridade do socialismo

Os dados relativos à produção dos produtos mais importantes mostram também os grandes sucessos económicos alcançados pelo sistema socialista mundial.

Assim, em 1973, os países socialistas produziram 1375 bilhões de kw/h de energia eléctrica (22% da produção mundial), 484 milhões de toneladas de petróleo (17%), 261 bilhões de m³ de gás (21%), 1 136 milhões de toneladas de carvão (50%), 153 milhões de toneladas de ferro fundido (31%), 209 milhões de toneladas de aço (30%), 31 milhões de toneladas de fertilizantes minerais (36%), 193 milhões de toneladas de cimento (28%), 18 bilhões de m² tecidos de algodão (43%) e 1 320 milhões de m² de lanifícios (38%).

Hoje, os países socialistas, membros do Conselho de Assistência Mútua Económica, constituem a região económica mais dinâmica do mundo. Nove países irmãos são membros do CAME, criado em 1949: a Bulgária, a Hungria, a RDA, Cuba, a Mongólia, a Polónia, a Roménia, a URSS e a Checoslováquia. Dez por cento da população do mundo vive nesses países, e a sua parte no rendimento nacional mundial passou de 15 a 25% em 1974. Hoje em dia, os países da comunidade socialista produzem cerca dum terço da produção industrial mundial.



A combinação orgânica dos interesses de toda a comunidade e de cada país individualmente no desenvolvimento económico encontrou a sua expressão no reforço do seu potencial económico.

A República Popular da Bulgária transformou-se num Estado socialista economicamente desenvolvido, com uma indústria moderna e uma agricultura colectiva. Sob o poder popular, o rendimento nacional do país aumentou cerca de oito vezes e a produção industrial de quarenta e sete vezes. Metade do rendimento nacional é fornecido pela indústria. A RPB ocupa um dos primeiros lugares no mundo pelos ritmos de desenvolvimento económico.

Foram criados, na Bulgária, ramos importantes da indústria como a metalurgia ferrosa e não-ferrosa, a química e a petroquímica, as construções mecânicas e a construção de navios, a electrónica e a radiotécnica. Cerca de 130 000 tractores, mais de 20 000 ceifeiras-debulhadoras sulcam os campos do país.

Sob o poder popular, a República Popular da Hungria tornou-se num país de indústria desenvolvida e de agricultura moderna. Foram aí criados novos centros industriais (Dunaujvaros, Komlo, Kazincbarcika, Szabolcsbatta, Leninvaros, etc.) e novos ramos da produção (construção mecânica, indústrias de rolamentos de esferas, petroquímica e electrónica, construções de aparelhos, produção de calculadoras, construções mecânicas, química), procede-se à reconstrução da indústria com base numa técnica moderna.

Tendo a cooperação da agricultura terminado em 1961, as relações de produção socialistas tornaram-se dominantes em toda a economia nacional. Actualmente, o sector socialista fornece 98% do rendimento nacional da Hungria.

O rendimento nacional por habitante aumentou para mais do triplo e o consumo por habitante aumentou 2,5 vezes depois da guerra. Os rendimentos reais dos trabalhadores aumentaram em mais de 50% nos últimos dez anos.

A produção industrial da República Democrática Alemã coloca esse país entre as dez maiores potências industriais do mundo. Hoje, a produção industrial dessa República ultrapassou em mais de oito vezes o nível de 1949. A RDA fornece cerca de 1,7 vezes mais produtos industriais que a Alemanha antes da guerra, em 1936.

Pela produção de diversos produtos industriais por habitante, a RDA ultrapassou o nível dos outros países altamente desenvolvidos da Europa ocidental. A produção de energia eléctrica aí, passou de 17 bilhões de kw/h em 1949, para 76,9 bilhões de kw/h. Em 1974, a RDA produziu 6,2 milhões de toneladas de aço, 244 milhões de toneladas de lignite, 10,1 milhões de toneladas de cimento.

A indústria química desenvolve-se rapidamente, mas especialmente a petroquímica bem como a electrónica, as construções de aparelhos, as construções navais, a metalurgia.

A produção agrícola global da República aumentou mais de 2,4 vezes durante a edificação socialista.

A parte da indústria na criação do rendimento nacional da República Socialista Checoslovaca é superior a 60%. No que respeita à produção de ferro fundido e de aço por habitante, a RSC ultrapassa países capitalistas como os EUA, a Inglaterra, a França e, na produção de energia eléctrica ela ultrapassou a Bélgica, a França e a Itália. Hoje, a Checoslováquia fornece cerca de 2% da produção industrial mundial.

O rendimento nacional da República quadruplicou em relação a 1937. As construções mecânicas constituem o ramo mais importante da indústria. A produção desse ramo aumentou 16 vezes sob o poder popular.

A indústria química cuja produção aumentou cerca de 20 vezes, teve um desenvolvimento considerável.

Quanto à produção agrícola por hectare, a RSC figura entre os dez primeiros países do mundo.

Os dados que se seguem mostram de forma bem eloquente o dinâmico desenvolvimento económico da União Soviética. O crescimento médio anual da produção industrial foi de 14% na URSS, durante os anos de trabalho pacífico. Sob o poder soviético, esse aumento foi de cerca de 10% c. a. d. várias vezes mais que nos EUA, que em Inglaterra, em França e na RFA.

O rendimento nacional do país aumentou de 28% e o seu aumento absoluto foi de 76 bilhões de rublos unicamente durante o 9.º quinquénio soviético (1971-1975). Cerca de quatro quintos do aumento do rendimento são obtidos graças ao aumento da produtividade do trabalho.

O rendimento nacional da União Soviética representa hoje mais de dois terços, e a produção industrial cerca de 80% do nível americano. A URSS aproximou-se especialmente do nível dos EUA pela produção dos equipamentos essenciais e dos materiais de construção c. a. d. sectores que criam a base material e técnica da indústria.

Durante o último quinquénio, o nono (1971-1975), a União Soviética tomou o primeiro lugar no mundo pela produção de aço, de petróleo, de fertilizantes minerais. Durante os cinco anos que precediam o nono quinquénio, ela produziu mais ferro fundido, minérios de ferro, de manganésio, de cromite, de carvão e de coque, de cimento, de sal potássio, de tractores, de locomotivas diesel e eléctricas, de linho, que qualquer outro país do mundo.

Hoje, a União Soviética ultrapassou o nível dos EUA no que respeita à produção de tubos de aço, de blocos e peças em betão armado, de tornos para metais, de toros de madeira, de lanifícios, de açúcar, de manteiga e outros produtos importantes.

Os anos 1971-1975 entraram na história dos países da comunidade socialista como quinquénio que mostrou o melhor possível as vantagens fundamentais da economia planificada socialista. "A superioridade das relações de produção socialistas, as vantagens da cooperação socialista realizada com base na planificação manifestam-se mais claramente ainda tendo por fundo as crises que abalam a economia capitalista", diz o comunicado da trigésima sessão do CAME. As crises energéticas, de matérias-primas e ecológica mundiais não têm poder para enfraquecer a economia socialista, para exercer uma influência nefasta sobre ela. Durante estes anos, a indústria dos países do CAME desenvolveu-se quatro vezes mais rapidamente que a dos países capitalistas desenvolvidos.

Os países da comunidade socialista ultrapassaram consideravelmente os países do Mercado Comum no que respeita a um grande número de importantes índices do desenvolvimento económico. O rendimento nacional de todos os países do CAME aumentou de 36% durante o quinquénio (1971-1975). Durante esse mesmo período ele aumentou de 14% nos países capitalistas desenvolvidos e só de 12% nos países da CEE.

Em relação a 1970, o rendimento nacional aumentou em 1975 de 46% na RPB, de 35% na RPH, de 30% na RDA, de 38% na RPM, de 59% na RPP, de 71% na RSR, de 32% na URSS e de cerca de 32% na RSC.

O rendimento nacional dos países do CAME aumentou 4,8 vezes em 1970 e 6,5 vezes em 1975 em relação a 1950. Os países da Comunidade Económica Europeia aumentaram o seu rendimento nacional 2,5 vezes em 1970 e 2,8 vezes em 1975 em relação a 1950.

Os êxitos económicos alcançados pelos países da comunidade socialista são em grande parte predeterminados pela sua múltipla cooperação. O Programa complexo de integração económica socialista adoptado na vigésima quinta sessão do CAME e relativo a 15-20 anos é realizado há mais de cinco anos. A integração desempenha papel cada vez mais importante na solução das tarefas económicas de cada um dos países socialistas.

Os principais factores que asseguram o desenvolvimento dinâmico dos países da comunidade socialista são: o aumento da eficácia da produção social, o aperfeiçoamento dos métodos de gestão da economia, a aceleração do progresso científico-técnico, o aprofundamento da cooperação mútua.

A produção industrial aumentou de 45% nos países do CAME em 1971-1975. Durante esse mesmo período, ela aumentou só 7% nos países da CEE e nos EUA.

A produção industrial aumentou 8% por ano em todo o CAME durante os últimos cinco anos, enquanto que aumentou unicamente 1,2% nos países da CEE e nos EUA. Em 1975, a produção industrial aumentou mais de duas vezes nos países do CAME comparada com os países do Mercado Comum.

Cerca de 80% do aumento total da produção industrial nos países da comunidade socialista foram assegurados graças ao aumento da produtividade do trabalho, que foi de 35% em 1975 em relação a 1970. Os elevados ritmos mantêm-se igualmente durante o presente quinquénio. Por exemplo, durante o primeiro semestre de 1976, cerca de 95% do aumento da produção industrial e todo o aumento da produção da construção foram assegurados na Polónia graças ao aumento da produtividade do trabalho.

A colheita média anual dos cereais e leguminosas teve um aumento de 11% em 1971-1975 (em relação ao anterior quinquénio) à escala de todos os países socialistas. A produção média anual agrícola total aumentou 14% durante esse período.

Em 1975, os países do CAME forneceram mais de 450 000 tractores, mais de 100 000 ceifeiras-debulhadoras, 27,4 milhões de toneladas de fertilizantes minerais ao campo.

Não é só no território da União Soviética mas também em muitos outros países da comunidade que as empresas industriais são construídas conjuntamente. Por exemplo, procede-se à construção conjunta do complexo de mineração de cobre e de molibdeno em Erdenet na RPM. Os países do CAME cooperam na criação de novas capacidades de produção de artigos com percentagem de níquel e de cobalto na República de Cuba.

A RPB, a RPH e a URSS constroem conjuntamente na Bulgária uma enorme fábrica de sal de sódio que terá um potencial de 1 200 000 t de soda por ano.

A Jugoslávia, a Hungria e a Checoslováquia cooperam na construção do pipe-line Adriatika com um comprimento total de 672 km. Ele partirá do porto jugoslavo de Rijeka para alcançar a RSC, via Hungria. Todos os anos, 10 milhões de toneladas de petróleo comprado no Iraque serão transportados pelo pipe-line a partir de Rijeka.

Iniciou-se na Mongólia uma expedição geológica internacional.

A cooperação faz-se também numa base bilateral. Assim, a URSS ajuda a Roménia a construir a central térmica de Braila que é considerada como um dos principais pilares da energética do país.

A divisão internacional do trabalho contribui para o aperfeiçoamento dos sectores especializados da produção nos países irmãos. Assim, a estrutura da economia nacional húngara sofreu importantes transformações. Entre outras, foram criadas grandes capacidades de produção de autocarros dos quais mais de quatro quintos são exportados para os países do CAME. A URSS e a Roménia especializaram-se na produção de material de extracção do petróleo, a Polónia na produção de máquinas para a construção de estradas, a Bulgária na construção de carruagens eléctricas, etc.

A co-produção com base na especialização dos grupos das peças e da tecnologia desenvolver-se-á ainda mais. Isso diz principalmente respeito à indústria automóvel, à produção de calculadoras electrónicas, de certos artigos da indústria de máquinas-ferramentas, as máquinas para a construção de estradas, os tractores e máquinas agrícolas, os teares para tecer, etc. A co-produção de material para as centrais nucleares e a metalurgia, co-produção recentemente organizada, tem um grande futuro. A cooperação é cada vez mais aplicada durante a coordenação dos planos. Durante este quinquénio, o volume total dos fornecimentos mútuos de conjuntos e artigos acabados entre a URSS e a RPB, a RPH, a RDA, a RPP, a RSR, a RSC atingirá pelo menos os 4,6 bilhões de rublos.

A cooperação científico-técnica dos países do CAME desenvolve-se com sucesso. Cerca de 1 600 organizações de pesquisa, entre os quais 200 estabelecimentos científicos das Academias de Ciências tomam parte nela numa base multiforme. Foram assinados mais de 80 acordos multilaterais de cooperação científico-técnica. Quarenta e sete centros de coordenação científica, grupos internacionais de cientistas, organizações de pesquisa, de estudos e de estabelecimento de projectos, laboratórios conjuntos funcionam actualmente.

Dezasseis problemas científicos e técnicos figuram no plano acordado de medidas de integração multilaterais para 1976-1980. Dez delas são relativas aos domínios dos combustíveis e da energética.

Os gastos totais para o estudo conjunto dos problemas científico-técnicos atingirão cerca de 600 milhões de rublos transferíveis. Pensa-se, entre outras coisas, criar as condições para o tratamento complexo da madeira, obter novos meios de produção de albumina a partir de matérias-primas de origem vegetal e animal, procurar métodos eficazes de protecção das plantas, etc.

De acordo com cálculos realizados por economistas soviéticos, a economia feita pela cooperação no domínio da ciência e da técnica será já em 1980 de cerca de 9/11 bilhões de rublos.

SEMANA INTERNACIONAL

SOWETO: UM ANO DEPOIS

Faz hoje um ano: no dia 16 de Junho de 76, as forças policiais de Vorster lançaram-se sobre uma grandiosa manifestação que reuniu milhares de trabalhadores e estudantes, em Soweto. Sob as balas assassinas da polícia sul-africana, caíram então mortos 176 manifestantes, muitos dos quais ainda crianças.

Ao massacre de Soweto, como justamente ficaram sendo conhecidos os acontecimentos de 16 de Junho, sucederam-se poderosas manifestações de massas, greve às escolas e ao trabalho. Dobsonville, Tembisa, Katlehona, Middelburg, Port Elizabeth, outros tantos nomes que se juntaram ao de Soweto, subúrbio de Joanesburgo, no roteiro de manifestações de massas sistematicamente atacadas a tiro. Aos mortos de Soweto juntaram-se outros, de entre os que protestavam contra o seu assassinato. Pelo menos mais dez. Manifestações que sabiam ter que de front com a brutalidade desenfreada da polícia, juntavam milhares de pessoas. Um heroísmo de massas só possível quando alimentado por uma clara consciência da necessidade de se erguer contra uma estrutura em decadência, a despeito da sua capacidade de defesa. Só possível, quando uma situação se torna intolerável, e se forma uma vontade colectiva de avançar.

Em Junho de 76, em Soweto, o regime de Vorster tremeu. Um ano depois, o governo de Pretória dá novos sinais de nervosismo. Recorda as manifestações grandiosas das massas trabalhadoras dos subúrbios de Joanesburgo. E sabe que esta data não será passada no esquecimento. Sabe que o ano que passou não fortaleceu as suas posições. Não só a nível internacional e continental, onde a despeito de todas as manobras e agressões avança o movimento progressista, mas também no interior do país, onde as lições de Soweto se enraizaram mais e mais na consciência das massas trabalhadoras — e darão os seus frutos.

A repressão recrudescceu de tom. A pretexto de fazer frente ao banditismo, bandos de criminosos, reconhecidos pela lei, prendem e espancam impunemente trabalhadores de Soweto, acotam-nos com chicote, como "castigo" por inexistentes crimes. Sucodem-se as prisões. Recentemente a polícia prendeu Sechaba Montsisi, presidente do Conselho Representativo dos Estudantes de Soweto. Outros estudantes negros foram também presos, bem como três estudantes brancos matriculados na Universidade Witwatersrand de Joanesburgo.

A polícia de Vorster diz, e repete, que tem a situação nas mãos. Discutem-se formas mais eficientes de repressão. A propaganda burguesa, tendo embora dificuldade na defesa aberta do regime racista de Pretória, não deixa de ir semeando as suas "análises" sobre a África do Sul, de acusações de crime contra os trabalhadores negros. Os manifestantes são, na sua boca, "bandos de criminosos", os movimentos de massas, de protesto contra o "apartheid" e a miserável exploração de que são alvo, "explosões de violência".

Mas por todas as decisões e declarações de Vorster, repassa a fraqueza crescente do regime, e o medo da queda. Vorster tem medo. Como o têm os seus amigos de Washington, de Bona, ou de Paris. Medo do fim, que se aproxima, dos regimes de minoria branca, da exploração desenfreada das massas trabalhadoras africanas, do racismo. Medo da perda de posições, de riquezas, de lucros. Medo da crescente consciência, da capacidade de luta, das massas populares.

Por isso aperfeiçoa o aparelho repressivo, reforça um Exército destinado à repressão interna, às agressões aos Estados independentes fronteiriços.

Recentemente, o governo racista da África do Sul elevou para o dobro a duração do serviço militar. A partir de Janeiro de 78, os jovens sul-africanos terão de prestar serviço nas forças armadas nacionais durante dois anos, quando anteriormente o prazo era de um ano. Por outro lado, na África do Sul, os recrutados devem servir periodicamente nas forças de reserva depois de concluírem o seu tempo de serviço obrigatório. Esse serviço periódico aumentou agora para 30 dias por ano, durante oito anos após a desmobilização. Anteriormente os prazos eram de 19 dias num espaço de 12 meses, durante cinco anos.

O alargamento dos prazos de serviço obrigatório nas forças armadas, prejudicará necessariamente a economia do país. Como os gastos crescentes com as forças repressivas e a defesa. Uma realidade que se insere no nó de contradições em que se debate qualquer regime repressivo. Ainda vivo, o governo de Pretória já está condenado. É de Soweto que vem a voz que aponta o futuro.

ANGOLA

Em resposta à mensagem de solidariedade do nosso Partido, enviada por ocasião do golpe fracacionista que enlutou o povo angolano em 27 de Maio findo, o Presidente do MPLA e chefe do Estado, camarada Agostinho Neto, enviou ao secretário-geral do PCP um telegrama de agradecimento e de firme confiança revolucionária nos destinos da RPA e do seu povo.

As tradicionais relações de amizade e cooperação que sempre ligaram o MPLA e o PCP, o apoio recíproco e a solidariedade internacionalista, que saíram reforçadas da luta comum contra o fascismo e o colonialismo, são um espelho doloroso para as forças reacçãoárias, incluindo as portuguesas, são o alvo permanente do manobramento imperialista e de todos os confusionalismos ideológicos que apontam permanentemente as suas armas contra a solidez da unidade que existe entre o movimento comunista internacional, os países socialistas e os Movimentos de Libertação.

A recente deslocação à RPA do camarada Sérgio Viilrigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do

PCP confirmou, mais uma vez, a importância desses laços e a sua solidez, no âmbito das relações entre as duas organizações e no âmbito da luta dos dois povos contra o imperialismo e os seus agentes. Não devemos, porém, ignorar as tentativas que se fizeram para confundir e ludibriar a opinião pública, sugerindo ou afirmando que haveria alguma ligação entre presunções militantes do PCP, residentes na RPA e a organização dos responsáveis pelo golpe fracacionista.

Na qualidade de militante do nosso Partido qualquer ligação desse tipo, qualquer ingerência na vida interna do MPLA, implicava um rompimento com a lei do PCP, que proíbe essas ingerências e para elas prevê sanções. Nenhum militante do PCP, enquanto tal, pode, em face dos Estatutos, participar nas actividades de qualquer outro partido ou organizações de carácter partidário. Estas disposições estatutárias são bem claras e conhecidas. Ignorá-las, para efeitos especulativos, apenas revela os métodos habituais da contra-revolução.

O PCP condena vigorosamente o golpe criminoso que ensanguentou as fileiras do

MPLA e fez muitas vítimas entre o povo angolano.

A mão do inimigo comum dos povos angolanos e portugueses e de todos os povos do mundo — o imperialismo — desenhasse com toda a clareza por trás dos acontecimentos de Luanda. Desenhasse-se no esforço para dividir o MPLA, desenhasse-se na criação de conflitos internos na altura em que as fronteiras da República Popular de Angola são ameaçadas pelos racistas sul-africanos e pelas manobras do agente americano Mobutu, desenhasse-se até na exploração criminosa das heranças do colonialismo como as diferenciações tribais que em muito contribuíram para uma vez mais manchar de sangue a terra angolana.

É ainda o imperialismo e os seus servidores que servem as intrigas e calúnias e que as forças progressistas respondem com o reforço firme e activo dos laços de solidariedade militante contra todas as calúnias e manobras para separar o povo angolano da sua vanguarda, o MPLA sob a direcção firme e esclarecida do seu Comité Central à frente da qual se encontra o camarada Agostinho Neto.

ELEIÇÕES EM ESPANHA: VITÓRIA DE QUEM?

Falamos das eleições espanholas num momento particularmente difícil. 15 de Junho foi já ontem. Depois de 40 anos em que a expressão da vontade colectiva por voto era proibida, e essa mesma vontade abafada e deformada por todos os meios possíveis, os espanhóis foram às urnas. Ainda não são conhecidos os resultados eleitorais.

Entretanto, o mais importante está feito — a própria possibilidade de votar, reconquistada em Espanha. O que não significa, de modo nenhum, que os resultados eleitorais venham a corresponder aos interesses básicos do povo espanhol. Por duas razões bem palpáveis: o peso vivo da herança franquista e da própria realidade espanhola actual, a forma como decorreram as eleições.

São muito frequentes neste momento, da parte da propaganda burguesa, e em particular a nossa, "pluralista", as tentativas de estabelecer paralelos entre o processo revolucionário português e a evolução que se tem vindo a verificar em Espanha. Fala-se da sólida implantação da democracia no país vizinho, na "perspicácia" de Suarez, na maturidade popular, no patriotismo do Exército que de momento se fica pelos quartéis. E tudo, naturalmente, irreversível. E lamenta-se as "exaltações" da Revolução portuguesa. Oculta-se, por outro lado, que todo o sistema económico permanece intocado em Espanha, que o governo, como é evidente, defende em exclusivo os interesses do capital, que todos os passos dados em frente foram arrancados a ferros pela luta persistente das massas trabalhadoras espanholas. Esta a realidade. E que se

traduz, em termos de consciência de massas, na permanência de esquemas ideológicos propagandeados pelo franquismo, e em grande parte hoje defendidos pelos órgãos oficiais de hoje. Umhas poucas dezenas de dias de campanha eleitoral, nunca poderiam equilibrar sequer, e muito menos ultrapassar, o peso de falsas ideias alimentadas e impostas no passado, e defendidas, sob outras formas embora, no presente.

No que se espelha à campanha eleitoral, há que destacar dois aspectos que, diversos mas paralelos, não podem ter deixado de influenciar o eleitorado (em particular as camadas mais indecisas), a entregar os seus votos ao centro-direita, dado que a extrema-direita, cuja prática é dolorosamente conhecida pelo povo espanhol, não tem quaisquer hipóteses: a violência bombista e a mistura, voluntariamente concebida e utilizada, entre campanha eleitoral, propaganda eleitoral, e órgãos governamentais.

A União do Centro Democrático, criada como partido de apoio à candidatura de Suarez, utilizou larga e sistematicamente a figura "aberta", "democrática", "pacificadora", do estadista. Era aliás este o seu papel — ainda que recusado por uma lei eleitoral que não foi cumprida.

A violência da direita foi uma tônica constante de todo o período eleitoral. A contrabalançar a fraca afluência de gente a comícios fascistas. Bombas foram colocadas nos estúdios de uma emissora católica, no quartel da Guarda Civil em Tudela, no país basco, em estações de transmissão da TV na região

basca, em sistemas de abastecimento de electricidade da capital, na central telefónica da cidade basca de Rentería, no porto de Bilbao. A violência física, a agressão, foi também por diversas vezes utilizada, sobretudo contra militantes de esquerda empenhados em tarefas de propaganda eleitoral.

Entretanto, e independentemente dos próprios resultados eleitorais, não foi a violência, não foi tão pouco a demagogia eleitoral da parte de Suarez, o aspecto mais saliente do período eleitoral que o povo espanhol acaba de viver. O que se destaca, é o repúdio da extrema-direita por parte do povo espanhol, as centenas de milhares de pessoas que afilaram aos comícios da esquerda, em particular do PCE (com 300 mil pessoas na sua última festa-comício, apesar do mau tempo), o entusiasmo da participação popular em toda a campanha, e que se traduz, nomeadamente, no número impressionante de comícios realizados nos últimos três dias da campanha eleitoral: 10 mil.

Por outro lado — e como seria de prever — é nos principais centros urbanos (e na Catalunha e Andaluzia), que os resultados da campanha eleitoral se mostraram mais favoráveis às organizações de esquerda. Ou seja, é nos maiores aglomerados habitacionais, nas grandes concentrações operárias, nas zonas mais politizadas, que o povo espanhol vota esquerda. Um indicio claro para quem quiser ver para além da vitória previsível do centro-direita, já com o brilho empanado pela elevada percentagem atribuída ao PSOE.

As bases institucionais do futuro

A NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA

A importância do debate sobre a nova Constituição soviética reflectiu-se de imediato nos órgãos de informação de todo o mundo. Não só naqueles que estão interessados na divulgação da verdade, no esclarecimento das massas, mas também nos muitos outros que são instrumento de deformação ideológica, aqueles que do socialismo constroem uma imagem feita de silêncio, de meias-verdades, de calúnia e de mentira. Alguma informação veio a lume sobre o que é realmente o novo projecto de uma Constituição que torna mais claro aos olhos de todos o que será o futuro dos povos. De mistura houve quem se entretivesse a falar de «liberdades com limites específicos», a referir a ilegível política externa pacífica da URSS entre aspas e, sobretudo, a especular em torno da lógica anulação do termo ditadura do proletariado, num país em que as razões de existir desta forma de governo estão hoje, através da sua própria aplicação, resolvidas.

O QUE É A NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA?

Não vamos fazer aqui, nem tal nos seria possível, uma análise detalhada do projecto da nova Constituição. Limitar-nos-emos a tentar fazer ressaltar alguns traços que nos parecem fundamentais ou particularmente significativos. A nova Constituição — como o determina o princípio inspirador de uma nova lei fundamental — consagra a realidade do que é hoje a URSS (uma sociedade socialista desenvolvida) e aponta as perspectivas que se abrem, as tarefas que é necessário realizar para a construção do comunismo. Como já foi justamente destacado, pode definir-se a Constituição a ser adoptada em Outubro como um Manifesto do comunismo em vias de edificação.

A nova Constituição consagra as transformações qualitativas operadas na URSS e que permitem o avanço para a construção da sociedade comunista: transformações qualitativas no campo determinante da economia, na estrutura da sociedade, na estrutura do país.

Na economia nacional, predomina de forma determinante a propriedade socialista. Formou-se e funciona com sucesso um forte organismo económico unificado que se desenvolve com base na fusão da revolução técnico-científica com as vantagens do socialismo.

Transformou-se, igualmente, o aspecto social da sociedade soviética, caminhando-se para a homogeneidade social, com a profunda atenuação de diferenças entre o trabalho manual e intelectual, entre o campo e a cidade. Formou-se a unidade social e política da sociedade soviética, cuja força motriz é a classe operária com o Partido Comunista como vanguarda. Formou-se uma nova comu-

nidade histórica: o povo soviético.

Estas alterações qualitativas, que se inserem na trajectória da construção e desenvolvimento da sociedade socialista, rumo ao comunismo, determinaram a transformação do Estado soviético, surgido como ditadura do proletariado, em Estado de todo o povo. Este grande passo em frente do país dos soviéticos — em que pela primeira vez é possível dispensar um aparelho de domínio classista, por terem desaparecido as classes e assim as contradições antagonicas no desenvolvimento social — é particularmente importante para clarificar a verdadeira essência da ditadura do proletariado, que nada tem a ver com ditaduras fascistas (como a propaganda da reacção se esforça por fazer crer), mas antes abre às massas trabalhadoras o caminho da total libertação.

AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

A directriz principal do projecto da nova Constituição é a ampliação e aprofundamento da democracia socialista.

O artigo n.º 8 estabelece a participação cada vez mais ampla dos trabalhadores na administração dos assuntos sociais e estatais, aperfeiçoamento do aparelho estatal,

intensificação das actividades das organizações sociais, reforço do controlo popular, consolidação dos fundamentos jurídicos da vida estatal e social, atenção permanente à opinião pública.

E os direitos legalmente estabelecidos na URSS têm de facto, e sempre, aplicação prática. Nada tem a ver com os votos, piedosos inscritos na legislação dos países capitalistas, e que a vida por completo ignora, como se de há muito estivessem encerrados em qualquer Torre do Tombo.

O direito ao trabalho significa a total ausência de desemprego, doravante completado com o direito real de escolher a profissão consoante a vocação, as capacidades, o grau de instrução e a preparação especial, tendo em conta as necessidades sociais. O direito à assistência médica significa assistência médica gratuita, um serviço médico altamente qualificado, medidas de prevenção e higiene no trabalho. O direito à habitação significa um custo de habitação não superior a 3% do rendimento anual — a renda de casa mais baixa do mundo! O direito ao ensino traduz-se, por exemplo, em que em cada quatro cientistas do mundo, um em cada três médicos, são soviéticos. A igualdade entre os homens e as mulheres têm a sua expressão prática em dados como estes: metade do pessoal científico, 65% do

objectivo supremo a mais plena satisfação possível das crescentes necessidades materiais e espirituais dos cidadãos.

Um projecto da nova Constituição aponta, como futura norma de vida dos soviéticos, a tese profundamente simbólica de Marx e Engels: «O livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos» — é difícil deixar mais claro qual o conteúdo de uma Constituição, que pela primeira vez na História, aponta já para a construção do comunismo.

REVISTA INTERNACIONAL SAI HOJE O N.º 4 TRÊS ANOS DE LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA Textos de: OCTAVIO PATO JOSÉ VITORIANO JAIME SERRA Membros da Comissão Política do C.C. do PCP

PODER LOCAL a única revista de Administração Democrática SUMARIO EDITORIAL ACTUALIDADES FINANÇAS LOCAIS INFRA-ESTRUTURAS GESTÃO E ORGANIZAÇÃO NOTÍCIAS LOCAIS LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ESTUDOS LOCAIS

obras completas de LENINE 47 VOLUMES EM FRANCÊS cada volume 65\$00 DE NOVO A VENDA OS VOLUMES. 7/24/27/34

Começa hoje em Lisboa

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O «APARTHEID»

Com uma sessão plenária que decorrerá entre as 18 e as 23 horas, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, começam hoje — dia do primeiro aniversário da revolta do Soweto —, terminando no próximo domingo, os trabalhos da Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral, jornada de solidariedade internacional que será uma importante e valiosa contribuição para a causa dos Direitos do Homem, da liberdade, da independência nacional, do progresso social e da paz na África Austral e no Mundo.

Além do secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Abby Farah, do embaixador Harriman, presidente do Comité Especial contra o Apartheid, do embaixador Salim, do Comité dos 24, e do assistente do Director-Geral adjunto da UNESCO, John Kabore, participam nesta Conferência representantes de mais de 40 organizações anti-racistas da Europa capitalista, do mundo socialista, de África, das Américas e da Ásia. Presentes também elementos de partidos políticos, de organizações sindicais, juvenis e de mulheres, e ainda personalidades religiosas.

Entre muitas outras presenças na Conferência contam-se as do conego Burgess Carr, da Conferência

Panafricana das Igrejas; Hortensia Allende, esposa do presidente Salvador Allende, assassinado pela ditadura fascista chilena; Aziz Sherif, antigo ministro do Iraque; Sean Macbride, Prémio Nobel da Paz; Hans Goran Franck, do Partido Social-Democrata Sueco; o bispo Richard Wood, expulso da Namíbia; Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano (África do Sul); Sam Nujoma, presidente da SWAPO (Namíbia); Joshua Nkomo, presidente da ZAPU, co-dirigente da Frente Patriótica, do Zimbábwé e Romesh Chandra, presidente do Conselho Mundial da Paz (CMP).

Na delegação italiana vem representado o PSI por Valdo

Spini. Dos Estados Unidos virá uma delegação composta por 20 personalidades, enquanto a do Panamá será chefiada por Moisés Torrijos Herrera, embaixador em Madrid. Também Franck Abdulah, vice-presidente do Comité dos 24 da ONU e embaixador da Trindade e Tobago, além de Bernard Muganda, assistente especial para a Comissão sobre a Namíbia na ONU, se encontram em Lisboa para participarem na Conferência.

Por sua vez, a Bélgica envia uma delegação constituída por 11 personalidades de que fazem parte socialistas e católicos. O Brasil está representado pelo deputado do MDB, Airton Santos. Participam também na Conferência o Comité Sindical Africano contra o Apartheid, representado pelo seu secretário-geral, G. Pongault; e o director do Departamento de Relações Externas do Partido Socialista Árabe Baath, Zuhair Alkadini. Da Índia veio o deputado do Partido do Congresso e membro do Conselho para a Paz, Gandesh. O Sri Lanka é representado pelo vice-presidente do Comité de Solidariedade, Jaya

Pathirana. Quatro personalidades japonesas representam o Comité de Solidariedade Afro-Asiático do Japão.

Além de representantes de países socialistas, participam também na Conferência personalidades ligadas a partidos e a organizações anti-racistas do Congo-Brazzaville, de Chipre, da RFA, da Grécia, da Holanda, da Nigéria e da vizinha Espanha.

Da Comissão Nacional Portuguesa organizadora da Conferência que será presidida pelo prof. José Magalhães Godinho, Provedor de Justiça, fazem parte 24 associações; 7 deputados do nosso Partido (camaradas Carlos Carvalhas, Francisco Miguel, Severiano Falcão, Aboim Inglês, José Paiva Jara, Lino Lima e Vital Moreira); 4 deputados do PPD/PSD e 17 do PS; 10 eclesiásticos, 14 presidentes de Câmara, vereadores e governadores-cíveis; 38 personalidades ligadas ao Direito; 18 jornalistas; 41 professores; 19 investigadores; 37 engenheiros e arquitectos; além de 48 elementos de outras profissões, nomeadamente economistas e médicos.

Além do prof. José Magalhães Godinho, os membros portugueses que constituem a Presidência da Conferência são os drs. Silas Cerqueira, António Macedo e José Manuel Galvão Teles.

OS TEMAS DA CONFERÊNCIA

Entre outros, serão debatidos os seguintes temas nas comissões da Conferência: História, natureza e situação actual da luta de libertação; A nova correlação de forças na África Austral depois das vitórias históricas dos povos de Moçambique e Angola; Colaboração com os regimes racistas e colonialistas em violação das resoluções das Nações Unidas; A vida diária do povo sob os regimes do Apartheid, Racismo e Colonialismo; Os sistemas jurídicos do Apartheid, do racismo e do Colonialismo na África Austral; O estatuto dos Movimentos de Libertação perante a lei internacional; Repressão policial e jurídica: massacres, prisões, torturas, etc.; O papel económico da África Austral na estratégia das multinacionais; Investimentos directos, mão-de-obra barata, matérias-primas



A repressão na África Austral é um acontecimento de todos os dias

estratégicas, etc.; Distribuição desigual da riqueza nacional (terra, meios de produção); Acolaboração militar com os regimes racistas; A colaboração nuclear; Corrida aos armamentos na África Austral; Os projectos estratégicos dos regimes racistas e as alianças militares; Isolamento internacional dos regimes racistas — o cumprimento das resoluções das Nações Unidas; Mobilização da opinião pública mundial; Apoio aos Movimentos de Libertação e Plano de Acção.

ENCONTRO COM OS JORNALISTAS

As forças reacçãoárias e colonialistas acordaram tarde. A sua intervenção não tem qualquer efeito no resultado final da Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral, nem impedirá a sua realização — afirmou, entretanto, Carlos Candal, membro da Comissão Nacional Portuguesa e deputado pelo PS, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na passada semana.

Não se trata de uma conferência governamental, embora haja representações de governos e partidos no Governo. Convém sublinhar que a Conferência Mundial de Lisboa não está ligada ao Governo português. O que não quer dizer que dele não estejam quem dependentes a diversos níveis, designadamente no polo e segurança que solicitamos para os congressistas — acrescentou o deputado socialista, que, com Silas Cerqueira, secretário-executivo da Conferência, e Vasco Castro, da Comissão Nacional Portuguesa e membro da Liga dos Direitos do Homem, presidiu ao encontro com a imprensa.

Na mesa sentaram-se, ainda, dois representantes do Congresso Nacional Africano, Josiah Jele e Joseph Nkomo, tendo o primeiro salientado: Enquanto os srs. Carter e Young proclamam em tom grandiloquente a necessidade de modificações pacíficas, a República Federal Alemã, a França e a Inglaterra armam o regime racista da África do Sul até aos dentes, e dotaram-no já de uma alta tecnologia que permite supor que o Governo do sr.

Vorster possui já a bomba atómica. Ao recordar os massacres de Soweto, ocorridos há um ano, o nacionalista sul-africano referiu: Não se pode persuadir Vorster a abandonar o poder. Ele foi

um dos seguidores de Hitler, e vários dos seus lugartenentes estiveram presos durante a II Guerra Mundial por terem participado em operações nazis que previam o envenenamento de poços de água.



Na África do Sul e na Rodésia a vida de um africano não significa nada para a minoria racista que oprime aqueles povos



A brutalidade da repressão nos países da África Austral não conhece limites



Tudo é aproveitado pelas forças repressivas para espancar os patriotas africanos da África Austral



Alguns dos promotores da Conferência Mundial contra o «Apartheid» que presidiram ao encontro com os jornalistas

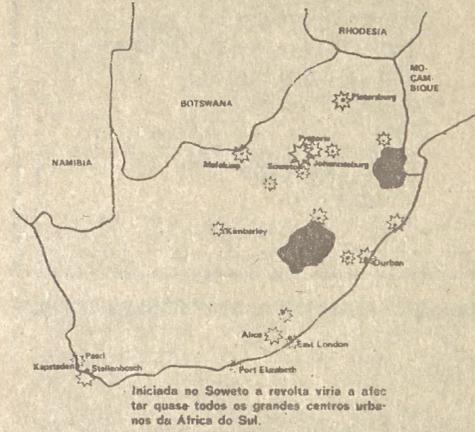
PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

É o seguinte o programa da Conferência Mundial contra o Apartheid, o racismo e o colonialismo; **HOJE** — das 18 às 20 e das 21.30 às 23 horas, sessão plenária de abertura, na Fundação Gulbenkian; serão lidas as alocuções de abertura e de boas vindas, as intervenções dos dirigentes dos movimentos de libertação, os representantes da ONU e de outras personalidades de destaque e, ainda, as mensagens dos chefes de Estado;

• **AMANHÃ** — das 9.30 às 13 e das 15 às 19.30 no Hotel Penta, debate dos temas nas seguintes comissões: Política, Jurídica, Económica, sobre a colaboração militar com os regimes racistas e de acção e apoio aos movimentos de libertação;

• **SÁBADO** — no mesmo local, das 9.30 às 13, continuação dos trabalhos nas comissões; das 15 às 19.30, sessão plenária sobre a acção, a solidariedade e a cooperação futura;

• **DOMINGO** — das 9.30 às 13, na Fundação Gulbenkian, sessão plenária: aprovação dos relatórios das comissões, da Declaração Final, do Apelo e de outros documentos; a partir das 16 horas realiza-se uma sessão pública no decorrer da qual usará da palavra algumas personalidades estrangeiras e portuguesas, estando também prevista a apresentação dos documentos aprovados na Conferência; às 19, efectua-se uma conferência de imprensa.



A SITUAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

Tal como sublinha um dos documentos divulgados pelos promotores da Conferência, a situação na África Austral está em rápida evolução; as vitórias históricas dos povos de Moçambique e Angola abalaram os alicerces da dominação colonial naquela região e desfizeram o mito da supermaria e invencibilidade racistas. Os povos ainda oprimidos têm demonstrado na luta, de Soweto à cidade do Cabo, nas minas e florestas da Namíbia, nas cidades e campos do Zimbábwé, a sua vontade indomável de pôr fim à escravidão.

No entanto, os regimes do Apartheid — regimes fascistas baseados na doutrina nazi — recusam obstinadamente aprender a lição da história e tentam desesperadamente continuar a sua dominação através de manobras e acções brutais. Todos os dias chegam da África Austral notícias alarmantes de repressão policial intensa, atrocidades, terror fascista, massacres até de crianças e velhos, e de crescente militarização, provocações e preparativos de guerra, de que são exemplo as constantes violações do território moçambicano.

As vitórias dos povos da África do Sul, Zimbábwé e Namíbia, conduzidas pelos seus movimentos de vanguarda — o Congresso Nacional Africano, o Conselho Nacional Africano e a SWAPO — são certas e não tardarão. A luta de resistência desenvolve-se. As pressões internacionais crescem. Os regimes do Apartheid estão cada vez mais isolados. Até os governos dos países que lhes vendem armas são obrigados a proferir declarações através das quais condenam a situação que se vive na África Austral. No entanto, as resoluções internacionais, nomeadamente as que foram aprovadas na Assembleia das

Nações Unidas, só poderão ser postas em prática se tiverem a adesão global da opinião pública. Daí a importância da Conferência Mundial que começa hoje em Lisboa.

Mas os regimes racistas e colonialistas, com o apoio de poderosas forças imperialistas e reacçãoárias, estão a preparar a extensão da guerra a toda a África Austral. Esta situação, em que todos os Direitos do Homem e dos Povos são sistematicamente espezinhados e que é uma permanente e grave ameaça à paz mundial, não pode deixar de unir todos os homens e mulheres de boa vontade, todos quantos aspiram a um mundo de liberdade, justiça e paz.

Determinados por estes ideais e por tal situação de sofrimento humano, inspirados pelos princípios progressistas

e anticolonialistas da Constituição Portuguesa e desejando contribuir para a causa da paz mundial e promover novas e fraternas relações entre o Portugal democrático e a África, personalidades e associações portuguesas levaram a efeito em Janeiro, respectivamente em Janeiro e Abril do presente ano, duas reuniões internacionais que prepararam a Conferência Mundial contra o Racismo. Nelas participaram delegações de movimentos anti-Apartheid e de organizações nacionais e internacionais dedicadas à defesa da paz e dos Direitos do Homem. Estas reuniões surgiram na sequência de uma decisão tomada na Conferência de Adis-Ababa (Outubro/Novembro de 76), que foi convocada pela Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), pelos movimentos de libertação da África Austral

e pelo Conselho Mundial da Paz (CMP).

No final da segunda reunião preparatória, foi divulgado um documento onde se sublinha que desde Janeiro passado o regime racista da África do Sul aumentou em mais de 20 por cento o orçamento militar, para acções internas e externas de violência armada e agressão. Na Namíbia, a ocupação e a agressão militar pelos racistas não abrandam. No Zimbábwé, o regime de Smith intensificou a guerra contra o povo; defende o domínio da minoria branca pelo terror racista e o genocídio. Em toda a África Austral, prisões em massa, assassinatos, torturas e outras atrocidades estão na ordem do dia. O regime racista de Vorster continua a impor a política dos Bantustões. Toda a África Austral está em estado de guerra".

A PRÁTICA DO «APARTHEID»

	SUL AFRICANOS BRANCOS	SUL AFRICANOS NEGROS
População	4 milhões	15 milhões
Mortalidade infantil (por 1000)	29	200
Probabilidade de vida	67-72 anos	34-42 anos
Rendimento por habitante (anual)	3800 dólares	210 dólares
Deputados ao Parlamento	214	0



Os novos países africanos não esquecem e dão a sua solidariedade à luta dos povos ainda oprimidos pelo racismo